



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES- ICHCA
GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM DANÇA

ÉRIC PASCOAL DA SILVA

PROJETO 11.645 MOTIVOS- DANÇA E ORALIDADE EM
BUSCA DO CUMPRIMENTO DA LEI

MACEIÓ
2020

ÉRIC PASCOAL DA SILVA

PROJETO 11.645 MOTIVOS- DANÇA E ORALIDADE EM
BUSCA DO CUMPRIMENTO DA LEI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade Federal de Alagoas, como
requisito parcial para a obtenção do Grau de
licenciado em Dança.

Orientadora: Profª Msª Noemi Loureiro

Maceió

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA EM DANÇA

ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC
(VIRTUAL)

Aos 26 dias do mês de maio do ano de 2020, às 10:30 horas, realizou-se em Videoconferência a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC intitulado “Projeto 11.645 Motivos – Dança e Oralidade em Busca do Cumprimento da Lei”, do aluno do Curso de Licenciatura em Dança Éric Pascoal da Silva, matrícula nº 15110950 do Curso de Licenciatura em Dança como parte dos requisitos para conclusão do Curso. A Banca composta por: Professora Mestra Noemi Mello Loureiro Lima; Professor Doutor José Acioli da Silva Filho – Membro e Professor Mestre Washington Monteiro da Anunciação – Membro, após arguir o aluno deliberou: Aprovar o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, atribuindo-lhe nota 8,5 (oito inteiros e meio ponto). Observações: O aluno deverá junto ao Orientador observar as considerações propostas nos pareceres emitidos pelos integrantes da Banca Examinadora para ajustes no referido trabalho de Conclusão de Curso e, posteriormente, ser entregue à Coordenação do Curso para os devidos encaminhamentos.

Assinatura dos componentes da banca:

Joseciolida Silva Filho; *Noemi Mello Loureiro Lima;*

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, e depois aos meus guias espirituais por cada oportunidade que Eles me permitiram vivenciar, por sempre me mostrarem que estava no caminho certo e trazerem a certeza que nunca estou só.

Agradecer a mim, por ser um jovem guerreiro, lutador, sonhador, pois nunca me deixei abater com as dificuldades e os obstáculos. Consegui lutar contra o sistema social, onde diz que jovem negro, gay e periférico não tem futuro, não consegue terminar os estudos. Um jovem que Graças a Deus, aos meus guias e a minha vontade, não entrou no mundo das drogas, sempre buscou estudar e proporcionar uma vida melhor para sua família e para outros jovens que ali crescerão.

Agradecer a minha família, principalmente minha mãe, que também sempre foi pai, meu alicerce, onde muitas vezes falava “pra quê estudar, tem é que trabalhar!” e eu sempre tentei abrir sua mente, que o que importa são os estudos, porque é a nossa base, emprego passa e os estudos não, é para toda a vida. A minha família que sempre me tive como exemplo, do único da família a conseguir ingressar numa universidade. Meus amigos, companheiros e irmãos de amizade que fizeram parte da minha vida acadêmica e que, permanecerão presentes em minha vida. E todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação. O meu muito obrigado.

Agradecer a todos os meus professores, desde os que me ensinaram no jardim até os universitários, por me proporcionarem momentos de aprendizados, de partilhas e os momentos de diversão e brigas, porque sou um aluno chato de conviver. Obrigado a todos vocês, por também serem guerreiros e sonhadores, pois sempre mantêm a chama da esperança e da mudança acesa nos seus corações, que poucas vezes conseguem ver uma árvore frutífera, de uma semente plantada por vocês.

Agradecer a minha orientadora Noemi Loureiro pela paciência, por sua disponibilidade. Por cada ajuda, correção, referências e por um olhar delicado a todo trabalho que caiu em seus braços de paraquedas, mas que soube palpitá-lo com muita sabedoria.

Também aos meus professores que se mantiveram dispostos a colaborar com a minha pesquisa, pelas ajudas e dicas.

Não posso deixar de agradecer à Escola Técnica de Artes - ETA e ao Curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal de Alagoas- UFAL- a ETA por ter me proporcionado bolsa de assistência estudantil e ao Curso de Licenciatura em Teatro bolsa (remunerada) de grupo de extensão, pois se não fossem ambas não teria conseguido concluir o meu curso. Só após três anos e meio o Curso de Licenciatura em Dança ofereceu bolsa (remunerada) de grupo de extensão e a partir daí consegui me manter até o final da graduação.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar, como pesquisa qualitativa, uma experiência docente desenvolvida em duas escolas da rede municipal e mais duas escolas da rede estadual de educação de Maceió. Esta experiência se deu a partir do Projeto “11.645 Motivos” do Edital Programa de Ações Afirmativas Maninha Xukuru Kariri e Zumbi 2016. O projeto foi coordenado pelos professores Doutores Ivanildo Piccoli e Toni Edson. Através das palestras, oficinas de dança afro, cine axé (em parceria com o projeto “Cine Axé” do professor José Acioli) e contações de histórias afro-ameríndias, foram feitas provocações para professores e estudantes. Partindo das oficinas de dança como principal pilar, associamos a oralidade e o audiovisual para pensar formas de aplicação da lei 11.645/2008.

O Projeto teve como base a revista Kulé Kulé: Visibilidades Negras e o livro Discutindo Etnicidades: alimentação, afro religiosa, percursos intelectuais negros, políticas linguísticas e adornos indígenas. Para essa escrita contaremos no primeiro capítulo com referências de Lucimar Dias (2004); Carlos Cury (2000) e Vera Lopes (2003); no segundo capítulo com referências de Toni Santos (2015) e Bruno Cavalcanti (2006); no terceiro capítulo com referências de Amanda Lima (2011) e no quarto capítulo com referências de Rosália Duarte (2011). Por meio dessa pesquisa-ação buscou-se compreender os desafios docentes na implementação de práticas multiculturais através da Lei 11.645/2008.

Esse trabalho tem a conclusão que as escolas da Rede Pública de ensino do bairro do Jacintinho não aplicam a Lei Federal 11.645/08, a não ser nas datas comemorativas de 19 de abril e 20 de novembro. As escolas que receberam a aplicação do Projeto “11.645 Motivos” não se mantiveram com os debates sobre a temática afro-ameríndia.

Palavras-chaves: Dança. Dança Afro. Contação de História. Revista Kulé Kulé. Lei 11.645/2008. Currículo Multicultural.

ABSTRACT

This research aims to analyze, as a qualitative research, a teaching experience developed in two schools in the municipal network and two more schools in the state education network of Maceió. This experience took place from the Project “11,645 Motivos” of the Affirmative Action Program Edital Maninha Xukuru Kariri and Zumbi 2016. The project was coordinated by professors Doctors Ivanildo Piccoli and Toni Edson. Through lectures, afro dance workshops, cine axé (in partnership with the “Cine Axé” project by professor José Acioli) and African-American storytelling, provocations were made for teachers and students. Starting from the dance workshops as the main pillar, we associate orality and audiovisual to think about ways of applying Law 11,645 / 2008.

The Project was based on the magazine Kulé Kulé: Visibilidades Negras and the book *Discussing Ethnicities: food, Afro-religious, black intellectual paths, linguistic policies and indigenous adornments*. For this writing, we will count in the first chapter with references by Lucimar Dias (2004); Carlos Cury (2000) and Vera Lopes (2003); in the second chapter with references by Toni Santos (2015) and Bruno Cavalcanti (2006); in the third chapter with references by Amanda Lima (2011) and in the fourth chapter with references by Rosália Duarte (2011). Through this action research, we sought to understand the teaching challenges in implementing multicultural practices through Law 11.645 / 2008.

This work has the conclusion that public schools in the Jacintinho neighborhood do not apply Federal Law 11.645 / 08, except on the commemorative dates of April 19 and November 20. The schools that received the application of the “11,645 Motives” Project did not continue with the debates on the African-American theme.

Keywords: Dance. Afro dance. Storytelling. Kulé Kulé Magazine. Law 11.645 / 2008. Multicultural curriculum.

Lista de Ilustrações

Imagem 1: Fotografia para o cartaz de divulgação das apresentações projetos “11.645 Motivos” e “Oralidade	19
Imagem 2: Palestra no Auditório da Escola Estadual Theonilo Gama.....	34
Imagem 3: Palestra no Auditório da Escola Estadual Theonilo Gama.....	35
Imagem 4 e 5: Palestra na Escola Municipal Arnon de Mello.....	36
Imagem 5: Palestra na Escola Municipal Padre Pinho.....	36
Imagem 6: Oficina de Dança Auditório da Escola Estadual Theonilo Gama.....	37
Imagem 7: Oficina de Dança no Auditório da Escola Estadual Theonilo Gama.....	40
Imagem 8: Oficina de Dança no Auditório da Escola Estadual Theonilo Gama	41
Imagem 9: Oficina de Dança na Escola Municipal Arnon de Mello.....	42
Imagem 10: Oficina de Dança na Escola Municipal Padre Pinho.....	43
Imagem 11: Oficina de Dança na Escola Municipal Padre Pinho.....	44
Imagem 12: Contação de História no Pátio principal da Escola Estadual Theonilo Gama	45
Imagem 13: Contação de História no Pátio principal da Escola Estadual Theonilo Gama.....	47
Imagem 14: Cine Axé no Auditório da Escola Estadual Theonilo Gama.....	49
Imagem 15: Apresentação e debate sobre a contação de história e o Cine Axé sala de aula da Escola Municipal Arnon de Mello.....	50
Imagem 16: Contação de História na Sala de vídeo da Escola Municipal Padre Pinho.....	52
Imagem 17: Cartaz de Divulgação.....	53
Imagem 18: Palestra na Antiga sala do NEAB – UFAL.....	54
Imagem 19: Debate sobre os processos no Pátio do Espaço Universitário Cultural-UFAL.....	55
Imagem 20: Reportagem sobre a apresentação dos projetos “11.645 Motivos” e “Oralidade Negra” na 8ª Bienal do Livro.....	55

SUMÁRIO

1	
INTRODUÇÃO.....	1
0	
2 RETROSPECTIVA DO ENSINO ANTES DA LEI 10.639/2003.....	13
2.1 O ensino nas escolas com a implementação da lei 10.639/2003	14
2.2 O ensino nas escolas com a implementação da lei 11.645/2008	16
3 APRESENTANDO O PROJETO “11.645 MOTIVOS”	17
3.1 A aplicação prática de uma realidade em construção com o olhar mais aproximado.....	22
3.2 Etapas de ação: colocando em prática o uso dos saberes	26
3.2.1Palestra formativa/informativa	27
3.2.2Experiências sobre a palestra	36
3.2.3Oficina de dança afro.....	43
3.2.4Ciné axé e apresentações dos contos afro-ameríndios	51
4 APLICAÇÃO DO PROJETO EM OUTROS TRÊS ESPAÇOS.....	60
4.1 Congresso Acadêmico Integrado De Inovação e Tecnologia- CAITE 2016... ..	60
4.2 Centro de reabilitação para menores infratores do estado de alagoas	62
4.3 8ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas- 2017.....	63
5 OUVINDO ALUNOS E GESTORES SOBRE O PROJETO EM SUA ESCOLA	65
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
7 REFERÊNCIAS.....	71
8 APÊNDICE.....	76

1 INTRODUÇÃO

Existem muitas lacunas na educação brasileira no que se refere à cultura afro-ameríndia, pois não havia um diálogo claro sobre esses povos, suas culturas e seus costumes, tornando o ensino eurocêntrico. E o que contavam nos livros didáticos era a verdade e por anos acreditamos no que estava escrito. Após vários estudos, teses e provocações pelo Movimento Negro do Brasil, foi estabelecida a Lei Federal 10.639/03, em que passa a ser obrigatório o debate da temática negra no Brasil nos conteúdos escolares, bem como a data de 20 de novembro no calendário escolar para a comemoração do Dia da Consciência Negra. A partir disso, se começa a ampliar a visão sobre esses povos e suas culturas.

Anos após, o Movimento Indígena do Brasil começa a reivindicar a sua temática nas salas de aula, ampliando o debate que tinha um foco na efemeridade das datas que constava nos livros didáticos, quando se referia os índios no Brasil. Logo, no ano de 2008 o Congresso Nacional amplia a Lei 10.639/03 para a Lei 11.645/08, em que acrescenta a temática Indígena nas aulas e materiais didáticos escolares e o dia 19 de abril, no calendário escolar para a comemoração do Dia do Índio, trazendo visibilidade ao debate da Cultura afro-ameríndia.

Diante desse cenário nas salas de aula, pode-se fazer com que os povos negros tivessem mais visibilidade quanto a sua história e pensamentos, ampliando a sua visão nos aspectos sociais, econômicos, podendo ter grande número de inserção de negros nas Universidades Públicas, como destaca uma matéria do jornal digital Estado de S. Paulo (2019)

Pela primeira vez, os estudantes negros (pretos ou pardos) passaram em 2018 a ser maioria dos inscritos nas instituições de ensino superior da rede pública do País - 50,3%. O dado consta do estudo *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça*, divulgado nesta quarta-feira, 13, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (AMORIM, 2018)

Também tendo a inclusão do sistema de cotas para negros, para pessoas de escolas públicas, de baixa renda, quilombolas, rurais e indígenas foi que possibilitou que essas estatísticas fossem reais.

Com o ingresso dessa população nas Universidades, mais trabalhos de conclusão de curso sobre a temática haverão nos repositórios das mesmas. Nos

possibilitando diálogos mais fundamentos e uma visão mais amplificada sobre as questões que dizem respeito à cultura afro-ameríndia.

Ao querer abordar essa temática no presente trabalho de conclusão de curso, a pretensão foi ver se na prática a aplicação da Lei 11.645/08 está sendo debatida nas escolas, se não, qual será a recepção dos alunos e gestores, especificamente nas escolas da Rede Pública de ensino de Maceió com a temática afro-ameríndia. Salienta-se que na aplicação da Lei através do Projeto 11.645 Motivos, houve momentos de teoria, como palestra e cinema e prática, com a oficina de dança afro.

Sobre o Projeto 11.645 Motivos, na categoria de extensão do Curso de Licenciatura em Teatro, pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL, que foi contemplado pelo Programa de Ações Afirmativas Zumbi e Maninha Xukuru Kariri 2016, do Núcleo de Pesquisa Afro-Brasileiro – NEAB-UFAL, haverá a exposição de mais detalhes à frente.

No primeiro capítulo será feita uma retrospectiva do ensino no Brasil antes, durante a lei 10.639/03 e com a Lei 11.645/08, com uma abordagem mais teórica, tendo como aporte teórico Lucimar Dias (2004); Carlos Cury (2000) e Vera Lopes (2003), com apresentação de estudos que os mesmos desenvolveram relacionados a essa temática.

No segundo capítulo haverá a exposição sobre o Projeto 11.645 Motivos que é a base para todo o desenvolvimento da escrita, em que consta a apresentação do Projeto com as suas etapas de execução, com elucidações sobre a aplicação do mesmo, através da Lei 11.645/08, em quatro escolas da Rede Pública. Tendo como aporte teórico Toni Santos (2015) e Bruno Cavalcanti (2006), bases para a abordagem desse tema e com visões antropológicas sobre fatos decorrentes na escrita.

No terceiro capítulo haverá o relato dos três espaços onde o Projeto esteve sendo executado, não sendo possível todas as etapas serem desenvolvidas. Estes espaços foram fora do âmbito escolar, mas que não deixam de ser espaços sócioeducativos. Tendo como aporte teórico de Amanda Lima (2011), onde a mesma desenvolve um estudo sobre um grupo de pessoas que foram inseridas no Projeto.

Por fim, o quarto capítulo é um espaço de escuta para os gestores e alunos que receberam a execução do Projeto nas suas escolas. Que se deu através de uma entrevista estruturada, com a descrição do resultado da mesma. Tendo como aporte teórico Rosália Duarte (2011), que reflete sobre a importância da entrevista no trabalho qualitativo, para obter resultados sobre o tema desenvolvido.

2 RETROSPECTIVA DO ENSINO ANTES DA LEI 10.639/2003

O ensino no Brasil é focado no pensamento eurocentrista, onde os assuntos abordados nos livros didáticos são 90% dedicados a estudar a História da Europa, aproximadamente 1% a História da América Latina e 0,3%, a História da África. Quem aborda este assunto é Isao Ishibashi (1994), com o estudo de pós-graduação, que tem como foco a realização de um estudo comparativo dos livros didáticos de Ensino Médio, de História, do Brasil e do Japão.

Em pleno século XXI, após 197 anos da Independência do Brasil, permanecemos tão ligados a Europa, tendo dentro da nossa cultura grande miscigenação de povos africanos, indígenas, asiáticos e europeus e ainda não construímos uma identidade própria. Com uma sociedade brasileira repleta de Histórias, vivências, riquezas culturais, ainda não há um reconhecimento da História real que os livros didáticos não contam, eles apenas reproduzem o pensamento etnocêntrico. Sobre este ponto, Everardo Rocha (1988), cita que os livros didáticos

Tem importância fundamental na formação da imagem do índio, pois são lidos e, mais ainda, estudados por milhões de alunos pré-universitários nos mais recantos do país. [...] Através deles circulam “saber” altamente etnocêntrico- honrosas exceções- sobre os índios. Os livros didáticos, em função mesmo do seu destino de suas naturezas, carregam um valor na natureza, ocupam um lugar de supostos donos da verdade. (ROCHA, 1988, p. 8)

Quando adentramos na História do Brasil, vemos as barbáries que estão escritas sobre a construção de um País sem identidade, em temas como, por exemplo: “O Brasil foi descoberto”; “A escravidão no Brasil”; “O índio da América Latina”, e outros assuntos deste interesse, que são lidos nas literaturas específicas do ensino nas escolas do Brasil. Entretanto, a realidade vivida desta construção ideológica e de um pensamento efetivo não existe no contexto da literatura brasileira, reportando sempre o pensamento do leitor para uma ideia surreal da realidade da História do negro no Brasil.

Através dessa inquietação, o Movimento Negro¹ no Brasil, reivindica a implementação de uma Lei que aborde a temática da História do negro do Brasil, fazendo um reparo social entre os povos brancos e negros.

Lucimar Dias (2004) traz dados sobre o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB 9394/96, fala acerca da questão do negro antes da implementação da Lei 10.639

A única referência à questão de raça que aparece na proposta de LDB produzida pelas instituições representativas dos educadores em nível nacional está no Capítulo II Da Educação Escolar de 1º Grau, Art.32, parágrafo único que assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Já no texto do Projeto substitutivo Jorge Hage resultante de intensas negociações com a sociedade civil organizada, isto é, ultrapassando os limites dos fóruns representativos dos educadores, o Capítulo II Dos Fins da Educação, também não trata da questão específica de raça, mas no Capítulo VII da Educação Básica no Art.38 inciso III orienta que os conteúdos curriculares deverão obedecer às seguintes diretrizes: “III - o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas, raças e etnias para a formação do povo brasileiro.” (DIAS, 2004, p 9)

No dia 09 de janeiro de 2003, é aprovada a Lei 10.639/2003 que faz alterações na LDB, para implantar a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental e Médio e estabelecer especificações pertinentes a esta temática. Esta aprovação é vista como marco do avanço no tratamento da questão do ponto de vista governamental e legal, já que “declarar direitos é um recurso político pedagógico que expressa um modo de conceber as relações sociais dentro de um país” (CURY, 2000, p.32).

2.1 O ensino nas escolas com a implementação da lei 10.639/2003

¹É um fenômeno utilizado em forma de diferentes organizações para reivindicar direitos para a população negra que sofre com o racismo na sociedade. Atualmente, o movimento negro é plural e reúne além das pautas como o combate ao racismo, diferentes vertentes como o feminismo, a luta pelos direitos LGBT e tolerância religiosa. O movimento negro no Brasil tem suas raízes na própria resistência à escravidão que se manifestava através de fugas, greves de fome e rebeliões. (BEZERRA, 2019)

Com a implantação da Lei 10.639/03, apenas três disciplinas foram “obrigadas por Lei” a abordar a temática da História e cultura afro-brasileira, como contido no parágrafo 2º do artigo 26 – “A todo assunto a História e cultura afro-brasileira e incluir no calendário Escolar o dia 20 de novembro, como Dia da Consciência Negra (BRASIL, 2003). Este contexto da referida Lei, não desobriga as outras disciplinas de tocarem nesta temática como pontos de assuntos no contexto cotidiano de seu desenvolvimento escolar, entretanto, apenas três áreas tiveram a maior ênfase por sua obrigatoriedade legal: Artes, Literatura e História. Ao percebermos que as disciplinas que compõem a matriz curricular contabilizam em média, entre 10 a 12 disciplinas, somente três delas são escolhidas com ênfase para a discussão desta temática, sabendo-se que as Histórias contadas permeiam uma e outra.

A aplicação da Lei nos currículos das escolas públicas e privadas do Brasil, o discurso sobre esta temática, apresenta outra visão de mundo e da inserção social do povo negro, escravizado e roubado do continente africano, tentando construir uma imagem mais positiva e balizar o preconceito e racismo enraizado nos discursos tão recorrentes do senso comum da sociedade brasileira. Sobre esta questão, Marisa Laureano (2008) aponta

O movimento negro e todas as entidades que combatem o racismo e a discriminação racial, de qualquer natureza são frutos do desconhecimento. O povo negro sofre com preconceito há séculos e somente o conhecimento da História e de uma compreensão de sua cultura vai encaminhar a nossa sociedade para o rompimento com práticas preconceituosas e discriminatórias. (LAUREANO, 2008, p. 243)

O Movimento Indígena do Brasil² percebe a ausência de contextos específicos desta temática na Lei 10.639/03, e então, surgem outras discussões sobre a referida Lei, visto que havia um debate sobre os povos negros, entretanto ainda não se tinha nas discussões questões relacionadas à História e cultura dos

² Desde a sua criação ou organização, vem atuando em busca da garantia, efetivação e defesa dos direitos indígenas. Tais reivindicações dar-se-ão pela necessidade dos povos indígenas obterem proteção especial, sem ferir o princípio da organização social e de autonomia de cada povo, por considerarmos inúmeros fatores que ameaçam a reprodução física/cultural de nossos povos. Assim sendo, o movimento indígena pautou como eixo mobilizador da luta “A Terra”. (JUNIOR, 2016)

povos indígenas, que desde a colonização aqui já habitavam, com os seus costumes e seus hábitos. Foi no ano de 2008 que a referida Lei sofreu alterações, ampliando seu texto e dando origem à Lei 11.645/08, onde no Art. 26-A ficou estabelecido que "Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena" (BRASIL, 2008).

2.2 O ensino nas escolas com a implementação da lei 11.645/2008

A Lei 11.645/08 é fruto da luta dos movimentos indígenas e surge com o intuito de mudar os conceitos preconceituosos e discriminatórios em relação a esses povos, pois eles reivindicam imagens, pensamentos e atitudes mais condizentes com a realidade a seu respeito (BERGAMASCHI e GOMES, 2012).

A Lei não obriga um padrão de abordagem do ensino da História e cultura afro e indígena, pois deixa os professores livres para criarem suas próprias metodologias de aplicação desta temática, mas não esquecendo que a sua abordagem tem que trazer a valorização desses povos e transformar os estereótipos que têm construído os discursos sobre esta identidade, assim, vislumbrando uma realidade com atitudes de pertencimento de uma nova identidade cultural. Sílvia Froemming (2011), afirma que

O estudo de diferentes culturas na sala de aula é fundamental para destruir o racismo, o preconceito, aumentar a aceitação do outro, de quem é diferente. O estudo da diversidade cultural pode até diminuir o preconceito com outros indivíduos que fogem dos padrões de uma sociedade, sejam de beleza, de comportamento, estéticos e religiosos. (FROEMMING, 2011, p 10)

Com a reflexão acima, amplia-se o campo de percepção não só para a construção de uma sociedade consciente de sua História e da luta de seus antepassados, mas também, formatando uma maneira mais respeitosa, mais tolerante, mais compreensiva, de convívio social e abertura de pensamentos mais inclusivos no que diz respeito à inserção destes indivíduos nos espaços que antes eram destinados a uma especificidade de cor e padrão social, tornando assim, os espaços de ocupação profissional e de lazer mais democráticos.

Essas alterações na LDB causam um grande impacto no ensino de nosso país. Apesar de “novas”, são um marco no que diz respeito à educação, pois podemos ver uma melhor valorização histórica e cultural, da herança de povos que lutaram, resistiram e permanecem resistindo nos dias de hoje, por este reconhecimento e contextualização histórica.

Apesar desta alteração na Lei 11.645/08, ainda existem equívocos presentes nas perspectivas didáticas da História que remontam e relatam a verdade desta nação e isto torna o trabalho difícil para professores que percebem a necessidade de trazer à tona os fatos verídicos deste contexto.

Véra Neusa Lopes (2003) discute a participação dos professores na construção de diálogos para que se cumpram tais mudanças. Não existe no Brasil uma formação continuada específica que aborde a temática afro-ameríndia, levando ao questionamento de que estarão os professores aderindo às novas regras no que diz respeito aos conteúdos que precisam ser inseridos no contexto educacional? Isto é realmente algo a se pensar e a investigar.

Além da aplicação das referidas Leis no conteúdo escolar, Marcos Garcia Neira (2007) mostra em seus estudos que a cultura popular ensinada no ambiente escolar levanta questionamentos e aciona suas próprias identidades. Proporciona aos alunos perceberem que há pessoas perto deles que também podem lhes ensinar, enriquecendo seus conhecimentos sobre sua História e sua própria verdade, através do resgate e pela oralidade de seus afins que construíram um percurso identitário que permanece vivo e ativo no cotidiano da História que se conta e que se percebe.

3 APRESENTANDO O PROJETO “11.645 MOTIVOS”

Em meados do ano de 2016, fui convidado pelo professor Doutor Toni Edson³, um dos Coordenadores do Projeto de Extensão do Curso de Licenciatura em Teatro da UFAL, intitulado “Projeto 11.645 Motivos”, para compor o quadro de

³Ator negro sergipano. Dramaturgo, diretor, compositor e ator. É doutor em Artes cênicas pelo Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas da Universidade federal da Bahia (PPGAC/UFBA). Professor de encenação e Teatro de Rua da Escola Técnica da Universidade Federal de Alagoas (ETA/UFAL). Estuda os procedimentos e tradição oral de contadores de história africanos como inspiração para rodas de história na rua com contos brasileiros e africanos.

bolsistas que integrariam as ações referentes ao referido Projeto. Nesta seleção, foram contemplados os docentes do Curso de Licenciatura em Teatro da UFAL, Ricardo Pereira e o autor deste trabalho, Éric Pascoal, do Curso de Licenciatura em Dança também da UFAL.

Tal Projeto, foi contemplado pelo Edital Programa de Ações Afirmativas Zumbi e Maninha Xukuru Kariri 2016, do Núcleo de Pesquisa afro-brasileiro - NEAB (que teve um recorte de ampliação para o estudo afro-ameríndio) da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. O edital pretende

Através do referido programa, desenvolver intervenções na sociedade alagoana a fim de promover ações de conscientização acerca do respeito a essas comunidades diferenciadas, visando à 2ª redução das desigualdades e invisibilidades étnicas raciais (afro-brasileiras e indígenas) sumarizadas nas estatísticas atuais. (EDITAL PROEX Nº 04/2016, 2016, p. 1).

O Projeto 11.645 Motivos foi coordenado pelo Prof. Dr. Ivanildo Piccoli⁴, professor do Curso de Licenciatura em Teatro da UFAL, e pelo colaborador/coordenador Prof. Dr. Toni Edson, professor do Curso Técnico em Arte Dramática da Escola Técnica de Artes - ETA /UFAL). Este Projeto tem como objetivo principal

Realizar estudos sobre a Lei 11.645, a cultura ameríndia e a cultura afro-brasileira, a partir da oralidade, para a realização de duas rodas de Histórias com contos de cada segmento cultural, além da visita a três comunidades quilombolas e três aldeias indígenas, o que vai gerar quatorze oficinas para professores e estudantes do ensino fundamental e médio em Escolas públicas de Maceió. As sessões de contos também serão apresentadas em comunidades quilombolas, Escolas e eventos artísticos e acadêmicos para que toda a vivência seja compartilhada com a comunidade em geral. (PROJETO 11.645 MOTIVOS, 2016, p. 5)

A partir das premissas do referido Projeto, aconteceram vivências através do ensino da oralidade. Sobre este ponto, Toni Santos (2015) define

⁴ Ator, artista circense, encenador e professor universitário. Pesquisa os palhaços da Cultura Popular e do Circo. Atualmente, desenvolve pesquisa relacionada às duplas cômicas presentes em diversas manifestações cênicas, tema de seu doutorado, no IA/ UNESP. Em outubro de 2012, torna-se professor efetivo da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

A oralidade não significa uma ausência de habilidade com a escrita, mas uma atitude diante da realidade... A grande maioria dos grupos étnicos africanos transmite seu aprendizado através da oralidade, há tradições orais em diversos segmentos dessas sociedades, embora estas, em alguns povos. (SANTOS, 2015, p. 6)

Quando aportamos o olhar para a realidade cultural alagoana, podemos encontrar a oralidade nas danças populares, especificamente naquelas de matrizes africanas, que muitas surgem dentro dos Terreiros⁵ como o Maracatu, os Afoxés, bem como outras manifestações artísticas, a exemplo da contação de histórias; nos Folguedos, dentre outras.

O interesse pelos assuntos voltados ao contexto da afroamerindianidade, suscitaram o Projeto, que tinha a visão de apresentar este contexto nas escolas e comunidades Quilombolas e Indígenas.

A ideia para o Projeto contemplava as possibilidades da aplicação da Lei 11.645/08, através da contação de histórias, formação técnica para professores e alunos, oficinas de dança afro. Estas ações aconteceriam em 12 meses, divididos em duas etapas: Na primeira aconteceria a formação técnica dos bolsistas inseridos neste, nas dependências do Espaço Cultural Universitário, da UFAL, nos horários, acordados dependendo da disponibilidade dos integrantes.

Neste momento, eram realizadas leituras de textos sobre oralidade e contação de histórias. No momento seguinte, aconteceriam as escolhas das histórias que seriam apresentadas. A escolha destas, foi pessoal, ficando acordado que o referido autor falaria sobre os contos afro-brasileiros e o outro bolsista, os contos indígenas. A preparação, de início, acontecia com os bolsistas fazendo a leitura individualmente; ensaiava o que pretendia colocar como proposição de apresentação; mostrava o resultado da leitura para o outro bolsista do Projeto e para o colaborador, no intuito de que os aprimoramentos fossem efetivados. Este processo, aconteceu por aproximadamente três meses.

Na segunda etapa, foi o momento das apresentações. Para tanto, houve a escolha das escolas públicas, municipal e estadual, que seriam contempladas. A escolha foi livre, baseada em referências pessoais de afinidade, de localização e indicação. Após este momento, foi contatado o Diretor ou Coordenador das

⁵ Espaço físico para as realizações dos cultos às entidades.

referidas escolas, houve a apresentação do Projeto para ciência e autorização para a realização deste, gerando um calendário mensal, construído juntos aos referidos diretores e/ou coordenadores destas escolas. Para a aplicação das etapas, divididas em um encontro semanal de em média três horas, numa alternância de ações, ficaram assim distribuídas:

Palestras – Que eram os resumos dos livros lidos e debatidos na primeira etapa, que foram: A Revista “Kulé Kulé”⁶ que é um equipamento do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFAL – NEAB, da editora EDUFAL, 2006, organizado por Rachel Rocha de Almeida Barros⁷, Bruno Cavalcanti⁸, e Clara Suassuna⁹, que tinha foco a população negra alagoana, partia da chegada do povo africano em Alagoas, trazendo consigo suas culturas, religiosidade e dialetos e o quanto isso reverberou e reverbera na sociedade alagoana.

A partir disso, foi abordado o falar alagoano e o falar cordial; o carnaval negro, trazendo para o campo das danças alagoanas; o livro *Discutindo Etnicidades: alimentação, afro religiosa, percursos intelectuais negros, políticas linguísticas e adornos indígenas*, organizado por Jocélio Teles dos Santos¹⁰, da editora EDUFBA, 2014.

A Quebra de Xangô em 1912, sendo um acontecimento não debatido nas aulas de História quando se fala de Alagoas e 100% das pessoas, principalmente os professores que assistiram minhas palestras não tinham conhecimento desse

⁶Linha editorial sobre a diversidade étnico-racial brasileira, suas tensões, conflitos, mas sobretudo, a sua beleza. KULÉ KULÉ é uma série de publicações produzidas pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), em parceria com a Ideário Comunicação e Cultura, editado pela EDUFAL e com o apoio do MEC/SeSU.

⁷Atua como professora efetiva no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da UFAL, coordena o Laboratório da Cidade e do Contemporâneo (LACC). Sua principal área de interesse é a Antropologia do Contemporâneo. Já foi professora do Curso de Licenciatura em Dança, diretora do Instituto de Ciências Sociais e Vice-Reitora da UFAL.

⁸Doutor e Mestre em Língua Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desde agosto de 2010, é professor efetivo de Língua Portuguesa e Literatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

⁹Possui mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1989). Atualmente é Professora Assistente 2 da Universidade Federal de Alagoas. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil.

¹⁰Antropólogo, com doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. É Professor Associado IV do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia. Atua nos seguintes temas: religiosidade afro-brasileira, ações afirmativas no ensino superior, ativismo negro no Brasil. Foi editor da revista *Afro - Ásia*.

fato. E não tem como falar do povo negro e não falar da religiosidade, assunto ainda tabu na nossa sociedade e nas nossas escolas. Foi relatado também a cultura negra e indígena existente na nossa sociedade, tratando de culinária, danças, falas dentre outros. E por fim foi apresentado esse povo que resistiu e resiste na atualidade, onde habitam e como os governantes os enxergam e os tratam. Ressaltando ainda a importância dos negros estudarem e ocuparem seus espaços para haver essa representatividade.

Cine Axé – Foi a participação do Projeto “Cine Axé” coordenado pelo professor Doutor José Acioli¹¹, projeto este que tem o viés de tratar com os estudantes e professores a temática negra através do audiovisual. Eram exposições de curtas metragens: “O Xadrez das Cores¹²” e “1912- O Quebra de Xangô¹³”, de temática negra, onde, ao final da exposição, abria-se uma roda de conversas com os alunos e professores, sobre pontos levantados durante o filme, dialogando com a realidade individual e social, abordando temas como racismo, desigualdade social e preconceito.

Oficinas de dança afro- que foram ministradas pelo o autor deste trabalho, em Escolas selecionadas por ele. A ideia era vivenciar aspectos da cultura afro-brasileira, através de danças populares brasileiras e códigos da dança afro, com a finalidade de compor no término uma mostra coreográfica deste código, onde as apresentações eram findadas após os encontros diários e apresentadas somente para os integrantes do Projeto naquele momento. Não tinha cunho de espetáculo aberto ao público.

Oficinas de Contaço de histórias- ministrada pelo bolsista Ricardo Pereira, em Escolas selecionadas por ele. Trazia uma contextualização do que era a contação de histórias, mostrando a diferença entre a contação de estórias populares e a contação de histórias africanas, onde os *griôs*¹⁴ o faziam.

¹¹ é Cenografo, Figurinista, Artista Visual e Bonequeiro. Doutor em Ciências da Educação, pela Universidade Autonoma de Assunção- UAA. Coordenador do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência - PIBID: Teatro - UFAL/Capes; Coordenador do Projeto Cine Axé-NEAB/UFAL. Atualmente é diretor geral do Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore/UFAL.

¹²Curta Brasileiro, com duração de 22 minutos, dirigido por Marcos Schiavon.

¹³ Documentário Alagoano, com duração de 53 minutos, dirigido por Sile Amorim.

¹⁴ “A palavra *griô* tem origem na tradição oral africana, utilizada para designar mestres portadores de saberes e fazeres da cultura, esses transmitidos oralmente. Segundo a *griô* AdwoaBadoe, entre

Posteriormente, apresentava livros de histórias indígenas onde os alunos escolhiam uma estória para ser lida e apresentada, entre eles.

Apresentação de contos afro-ameríndios – Essa etapa era a junção de dois projetos. Este que nos referimos do projeto “Oralidade e Cena Negra – Caminhos Artísticos para Reflexão”¹⁵, também coordenado pelo professor Doutor Toni Edson. Neste momento, eram apresentados contos africanos; contos dos Orixás e contos indígenas. Foi resultado dos encontros iniciais.

Este processo teve a duração de um ano e trouxe como experiência uma abordagem mais ampla sobre a realidade afro-ameríndia, no contexto escolar.

3.1 A aplicação prática de uma realidade em construção com o olhar mais aproximado

A aplicação prática do Projeto se dividiu em três momentos: no primeiro, os encontros duraram três meses e aconteceram entre os colaboradores e os dois bolsistas para um estudo teórico bem como a construção das oficinas que posteriormente foram apresentadas nas escolas.

Os encontros foram marcados por debates que se deram através da leitura de conteúdos literários que se relacionavam aos temas abordados nas aulas, artigos e entrevistas de revistas com pessoas ilustres da oralidade negra no Brasil. Tais momentos, foram muito valiosos, pois ajudaram no desenvolvimento, enquanto docentes ao chegarmos nas escolas e participarmos dos debates. Conhecer as comunidades trouxe outra visão de sociedade: uma sociedade esquecida e marginalizada. Tem-se como exemplo a matéria do G1 Alagoas “Os Grupos Quilombolas de Alagoas”:

Mesmo com (a) representatividade, muitos descendentes destes povos, conhecidos como quilombolas, ainda enfrentam racismo, miséria e vivem

os povos do oeste da África, os *griôs* são aqueles que há séculos preservam e transmitem as histórias [...]” (PORTO, 2016, p.01)

¹⁵ O projeto intenta criar um grupo de pesquisa sobre a Performance Negra com estudantes de Licenciatura em Teatro, tendo como enfoque a prática da contação de histórias e a montagem de esquetes (cenas curtas). Os bolsistas passaram por um treinamento em contação de histórias e fizeram uma pesquisa sobre contos de orixás. Essas histórias foram retiradas do livro Mitologia dos Orixás, de Reginaldo Prandi. (Informações fornecidas pelo Coordenador Toni Edson)

em comunidades isoladas com pouca ou nenhuma qualidade de vida. O Brasil tem mais de três mil comunidades quilombolas em todo o país, segundo estimativa do governo federal, mas nem todas são reconhecidas. (CHAGAS e NUNES, 2016)

Enquanto tema de exclusão, os indígenas também se inserem neste contexto. O exemplo disto, que a matéria do site do Instituto Humanistas Unisinos relata é que

A maioria das populações indígenas têm sido excluídas dos processos de tomada de decisões. Muitos têm sido marginalizados, explorados e submetidos à força, abandonando seus lugares de origem, sua identidade e seu idioma, convertendo-se em refugiados por medo da perseguição. (NETO, 2014)

A segunda etapa, teve o tempo de um mês de construção criativa, pois houve o processo de montagem das sessões de contação de história. No meu caso, com os contos afro-brasileiros e o Ricardo Pereira, com os contos indígenas. Esse foi um momento construtivo, pois foi um período de aprendizagem, porque tivemos o privilégio de ter como Coordenador um Doutor em oralidade - contação de histórias. O processo se deu por livre escolha das nossas histórias, onde poderíamos trocá-las nos primeiros encontros. Após a escolha das mesmas, íamos apresentando para o Coordenador e ele nos dava as orientações e dicas para o nosso aperfeiçoamento cênico.

Os meus contos foram: “A amizade entre Exú e Orumilá”; “Xangô prende Oxum na pedreira” e “Oxum transforma-se em pombo”, todos tirados do livro “Mitologia dos Orixás” de Reginaldo Prandi.

Teve também: “As brigas entre o sol e a lua”, retirado do livro “O Príncipe Medroso e outros Contos Africanos”, de Anna Soler- Pont e o conto “Por que os cães se cheiram uns aos outros?” que faz parte do livro Bichos da África: Lendas e Fábulas, de Rogério Andrade Barbosa, onde, posteriormente, foram apresentados em outros locais de Maceió, como: o Congresso Acadêmico Integrado de Inovação e Tecnologia- CAIITE, Festa das Águas (um evento religioso, organizado pelos representantes de matrizes africanas e prefeitura de Maceió), no Centro de Ressocialização de Jovens Infratores do Estado de Alagoas e na Bienal Internacional do Livro Alagoas- BIENAL de 2017.

Não obstante, esta contação fica mais evidente nas escolas que desenvolvi a terceira parte do Projeto.



Imagem 1: Fotografia para o cartaz de divulgação das apresentações projetos “11.645 Motivos” e “Oralidade e Cena Negra – Caminhos Artísticos para Reflexão”. Da esquerda para a direita: Toni Edson, Tamires Rodrigues (*in memoriam*), Éric Pascoal, Wesley Silva, Ricardo Pereira e Alexandre Nascimento. Fotografia: Arquivo pessoal

Também foram feitas algumas apresentações junto ao projeto “Oralidade e Cena Negra – Caminhos Artísticos para Reflexão”, que tinha a coordenação do professor Doutor Toni Edson, ministrando uma palestra onde cada um escolheu um livro debatido nos encontros teóricos e contações afro-ameríndios, difundindo o referido Projeto, nas instituições acima citadas.

A última etapa do Projeto foi nas escolas escolhidas pelos bolsistas. Num total de sete escolas da Rede Pública de ensino, cada uma seria atendida por mês e apresentaríamos uma sessão de contos, bem como, iríamos ministrar oficinas para professores e estudantes do Ensino Fundamental e Médio.

No meu caso, por ser do curso de Licenciatura em Dança da UFAL, busquei trazer elementos a mais para um melhor desenvolvimento do tema e além do proposto pelo Projeto, convidei o projeto “Cine Axé”, do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID, de iniciativa do curso de Licenciatura em Teatro da UFAL, coordenado pelo Pr^o Dr. José Acioli Filho. Estas apresentações, eram voltadas para a formação dos alunos, professores e gestores das escolas onde desenvolvi o mesmo.

A escolha das escolas foi livre, a única restrição é que tinham que ser escolas da rede pública, não importava se fosse estadual ou municipal. Decidi levar o Projeto para o bairro em que moro - Jacintinho, sendo o segundo bairro mais perigoso da capital maceioense, perdendo só para o bairro do Benedito Bentes. Ambos também apontam o maior número de moradores da capital de Alagoas, como divulgou o site “Bairros de Maceió” (2011) numa pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, em 2011: “comparando os 3 maiores bairros de Maceió, o Benedito Bentes tem uma população total de 88.084 habitantes Seguido do Jacintinho com 86514 Hab. e Cidade Universitária com 71.441 Habitantes”¹⁶. Essa decisão não se deu só por ser o bairro em que resido, mas por saber da importância das ações afirmativas¹⁷ e por pensarmos que podemos contribuir mais com a comunidade em que vivemos.

A Escola Estadual Manoel Simplício do Nascimento que atende alunos do Fundamental II ao Médio, nos três turnos, foi a primeira escolhida pelo fato de eu ser ex aluno da mesma. E voltar para a escola que me instruiu ao conhecimento, não só é um ato de agradecimento, mas um retorno para os meus professores que ainda lecionam ali, mostrando o quanto aquele conhecimento me fez progredir e também mostrar para os alunos que é possível concluir o Ensino Médio e ingressar numa Universidade Pública.

A Escola Estadual Theonilo Gama, nos turnos matutinos e vespertinos atende alunos do Ensino Fundamental II ao Médio e no noturno atende EJA. Foi a segunda escolhida. A referida escola é a maior do bairro e possui uma coordenadora pedagógica e coordenadora dos projetos da escola. Fato este que proporcionaria um bom diálogo com a escola.

A terceira escola, Escola Municipal Arnon de Mello, que no turno matutino e vespertino atende o Ensino Fundamental I e II e no turno noturno a EJA. Este, foi o turno em que desenvolvi o Projeto. A coordenadora recebeu muito bem o mesmo sabendo da importância do desenvolvimento destas temáticas na escola.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.bairrosdemaceio.net/noticias/ibge-divulgou-censo-realizado-e-estratificado-por-bairro-em-maceio>>. Acesso em 22 de nov. 2018.

¹⁷ As ações afirmativas são medidas especiais de políticas públicas e/ou ações privadas de cunho temporário ou não. Tais medidas pressupõem uma reparação histórica de desigualdades e desvantagens acumuladas e vivenciadas por um grupo racial ou étnico, de modo que essas medidas aumentam e facilitam o acesso desses grupos, garantindo a igualdade de oportunidade. (GOMES, 2001, p 6).

A Escola Municipal Padre Pinho, que fica localizado no bairro da Cruz das Almas, atende no turno matutino e vespertino o Ensino Fundamental II e no noturno a EJAI. Foi a escola escolhida fora do eixo Jacintinho, pois era a mesma coordenadora das escolas Arnon de Mello e Padre Pinho. Fomos por ela convidados para a aplicação do referido Projeto na Escola Padre Pinho pelo fato da escola já desenvolver trabalhos com esta abordagem.

A aplicação se deu através de etapas de execução: palestras, oficinas de dança afro, cine axé (em parceria com o projeto “Cine Axé” do professor José Acioli) e contação de histórias afro-ameríndios, que culminaram em encontros internos entre os orientadores e bolsistas, como acima relatado.

Não foram concluídas todas as etapas nas escolas, pois a aplicação das mesmas aconteceu no final do período letivo escolar do estado. Por isso, foi acrescentada uma escola fora do eixo Jacintinho, para dar continuidade ao Projeto.

3.2 Etapas de ação: colocando em prática o uso dos saberes

Com o desenvolvimento das etapas de ações do Projeto “11.645 Motivos”, busquei sempre levar exemplos próximos dos alunos, pois quando se fala sobre a História afro-ameríndia e se é ouvido, é sempre o mesmo discurso de uma história que omite muitas verdades, como se fosse algo que aconteceu na escravidão, no século passado”. Não se discute o que está acontecendo agora, conosco, do nosso lado, com o nosso amigo de turma, com um familiar. E isso acaba se refletindo em nossas ações cotidianas. Esta forma de compreender o discurso, muitas vezes é um reflexo racista, preconceituoso, sendo porta vozes de uma “cultura colonial”. Novos discursos precisam ser explicitados para haver uma nova leitura dessas atitudes. Estudar o que está nos livros, não é suficiente, mas conhecer e se aprofundar mais sobre esta História buscando também os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN’s- temas transversais, que são divididos em seis áreas, abordam questões que se relacionam ao que acima expomos, é relevante:

Ética (Respeito Mútuo, Justiça, Diálogo, Solidariedade), Orientação Sexual (Corpo: Matriz da sexualidade, relações de gênero, prevenções das doenças sexualmente Transmissíveis), Meio Ambiente (Os ciclos da

natureza, sociedade e meio ambiente, manejo e conservação ambiental), Saúde (auto cuidado, vida coletiva), Pluralidade Cultural (Pluralidade Cultural e a Vida das Crianças no Brasil, constituição da pluralidade cultural no Brasil, o Ser Humano como agente social e produtor de cultura, Pluralidade Cultural e Cidadania) e Trabalho e Consumo (Relações de Trabalho; Trabalho, Consumo, Meio Ambiente e Saúde; Consumo, Meios de Comunicação de Massas, Publicidade e Vendas; Direitos Humanos, Cidadania). Podemos também trabalhar temas locais como: Trabalho, Orientação para o Trânsito, etc. (PCN, 1998, p 17)

Diante do exposto, questionamos: Será a “missão do professor”, formar cidadãos críticos? Entretanto, o que acontece na prática é a formação de seres que pensem iguais e um pensamento comercial, industrial, tecnológico. E com a exclusão das disciplinas que fazem os alunos refletirem como filosofia, sociologia e artes, que antes eram obrigatórias nos currículos do Ensino Médio, hoje, a partir da execução da medida provisória MPV 746/2016, que altera a Lei nº 9.394/1996 e a Lei nº 11.494/2007, passam a ser disciplinas optativas no currículo de alunos que estão em formação de um senso crítico.

Isso faz com que os alunos escolham se querem ou não estudar essas disciplinas, como complementares. Tendo em vista que, quando os cidadãos brasileiros não são educados para serem indivíduos pensantes sobre qualquer conhecimento, há uma vaga possibilidade destes se interessarem em ir para a Escola, muitas vezes obrigados pela necessidade da merenda escolar, escolherão eles as disciplinas complementares como parte formativa de sua educação?

3.2.1 Palestra formativa/informativa

Como parte do contexto do Projeto, as palestras foram estruturadas através do resumo dos livros debatidos nos encontros entre os bolsistas e o coordenador.

Em seu segundo número, a revista “Kulé Kulé”, traz como tema central as Visibilidades Negras, organizado por Rachel Rocha de Almeida Barros, Bruno Cavalcanti, e Clara Suassuna. Essa coletânea é dividida em três partes: parte 1: Invisíveis Culturais, que traz artigos com os temas: “O lugar social das palavras africanas do português”, escrito por Rachel Rocha de Almeida Barros;” “O resto perdeu-se?” História e Folclore: o caso dos Muçulmanos das Alagoas”, escrito por

Mariza de Carvalho Soares e Priscilla Leal Mello;” “Bons e sacudidos” – o carnaval negro e seus impasses em Maceió”, escrito por Bruno César Cavalcanti; “O Xangô em Maceió: suas variadas nações”, escrito por Janecléia Pereira Rogério.

Parte 2: A Descoberta pela Educação, temas: “Escola de negros”, escrito por Mônica Luise Santos e Maria das Graças de Loiola Madeira; “Afroetnomatemática. África e afrodescendência”, escrito por Henrique Costa Junior; “Criminologia e Etnicidade: culpa categórica e seletividade de negros no sistema judiciário brasileiro”, escrito por Arim Soares do Bem.

Parte 3: Afirmações Contemporâneas, temas: Agudás de Benim – os africanos com “maneiras de branco”, escrito por Milton Guran; “Identidade e cidadania: a dinâmica de estar dentro e fora ao mesmo tempo”, escrito por Clébio Correia de Araújo; “Um movimento negro em Alagoas: a Associação Cultural de Zumbi (1979-1992)”, escrito por Jefferson Santos da Silva; “Folclorização e significado cultural do negro”, escrito por Zezito de Araújo; “Quilombo Muquém. Uma comunidade visível?”, escrito por Clara Suassuna Fernandes. Temas que se relacionam e dialogam com a cultura afro-ameríndia, como proposto no Projeto.

Assim também, o livro *Discutindo Etnicidades: alimentação, afro religiosa, percursos intelectuais negros, políticas linguísticas e adornos indígenas*, organizado por Jocélio Teles dos Santos, da editora EDUFBA, 2014, faz menção ao mesmo tema

A obra reúne artigos de autores que concluíram o mestrado [em 2012] no Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos na Universidade Federal da Bahia. O livro se objetiva a contribuir na consolidação de um espaço multidisciplinar de ensino e pesquisa que seja capaz de criar um ambiente de reflexão acerca de conceitos como etnia, identidade, relações étnicas e raciais. (EDUFBA, 2014)

Nas palestras, sempre busquei inovar na estrutura da aula, pois queria que os alunos estivessem ali para uma conversa, para uma troca de vivências, mesmo sabendo que não seria fácil, pois eu estava inserido em um espaço onde muitos deles não sentem prazer ou conforto de passar meio horário do seu dia.

Também não poderia deixar de inserir uns dos temas mais importantes no cenário alagoano e também pouco discutido, para não dizer, não abordado nas

aulas de História, O “Quebra de Xangô de 1912”, um marco na História de Alagoas. Marcada pela disputa política, em que o deputado Fernandes Lima, que posteriormente tem seu nome numa das avenidas mais importante de Maceió “Avenida Fernandes Lima”, no bairro do Farol, ordena que policiais destruam todos os Terreiros de Candomblé¹⁸ do estado. E esse fato tem como maior símbolo de resistência Tia Marcelina, uma lalorixá na Nação Nagô, que lutou e resistiu, até não suportar mais, sobre a ordem de Fernandes Lima.

As aplicações práticas das palestras sempre aconteciam com o acompanhamento de algum responsável da escola escolhida, onde o mesmo fazia uma introdução para os alunos, sobre a minha ida aquele espaço, me apresentando, falando de qual Instituição vinha e qual o objetivo de estar ali naquele momento. Em seguida, começava com as exibições dos slides dos artigos da Revista “Kulé-Kulé”. “O lugar social das palavras africanas do português”, escrito por Rachel Rocha de Almeida Barros, foi o primeiro a ser abordado, onde, através deste, falei sobre as linguísticas que permeiam a nossa contemporaneidade e que esta forma de se expressar - um falar negro e indígena - não é a maneira que contemporaneamente se fala. Fui mostrando algumas palavras que muito usamos e que quando vão para a escrita formal, não são bem vindas e essa escrita tem que ser como na colonização - colonial, européia - e Rachel Barros (2006) traz isso no seu artigo

Observando de perto essas palavras de origem africana, o que se percebe é, inicialmente, o caráter informal que a reagem. Situadas preferencialmente no campo da fala e não naquele da escrita, estão em perfeita consonância com a característica mais evidente, a que, igualmente, garantiu sua distribuição em um território tão amplo, a oralidade (BARROS, 2006, p 12)

Em seguida, falo como era o carnaval negro em Maceió, nas décadas de 90, onde Bruno César Cavalcanti vai falar no seu artigo “Bons e sacudidos” – o

¹⁸ O candomblé – religião brasileira dos orixás e outras divindades africanas que se constituiu na Bahia no século XIX – e demais modalidades religiosas conhecidas pelas denominações regionais de xangô, em Pernambuco, tambor de mina, no Maranhão, e batuque, no Rio Grande do Sul, formavam, até meados do século XX, uma espécie de instituição de resistência cultural, primeiramente dos africanos, e depois dos afrodescendentes, resistência à escravidão e aos mecanismos de dominação da sociedade branca e cristã que marginalizou os negros e os mestiços mesmo após a abolição da escravatura [...] (PRANDI, 2004, P 1)

carneval negro e seus impasses em Maceió”. Através desse artigo, consigo transmitir para os alunos como era esse carnaval antigamente, pois, atualmente não é visto. E que foi através desses acontecimentos que o povo negro maceioense e alagoano poderiam manifestar a sua cultura e suas manifestações artísticas. Bruno Cavalcanti (2006) traz um recorte de uma matéria jornalística que aborda este ponto

Um magote de negros, bons e sacudidos” foi o que escreveu o colunista Folião Folia, ao se referir à presença negra no carnaval alagoano de 1901: “A folia não é só aqui, é também pelo interior, lá das bandas de Atalaia veio um cujo especialmente dizer me (sig) que um magote de negros, bons e sacudidos, se arregimentou sob o nome de cavalheiro do prazer, e vão pintar sinal de carapuça, na florescente cidade. (CAVALCANTI, 2006, p 29)

Assim, fui fazendo *links* daquela década para a atualidade, onde acontecimentos de anos atrás ainda estão presentes no carnaval alagoano, conforme a fala de Cavalcanti

O jornal informava nesta edição a presença de maracatus e de paródias [...] não ficando claro o contexto dessa aparição; mas, possivelmente, tratava-se de uma expressão carnalizada do preconceito às manifestações negras no espaço urbano. [...] Não esqueçamos, como também demonstrou Ulisses Neves Rafael (2004) em seu importante estudo, que foram algumas das agremiações carnavalescas as provedoras dos braços civis armados que redundaram na criação de ligas moralizadoras, respaldadas, inclusive, pelo poder policial constituído [...] (CAVALCANTI, 2006, p. 30)

Os segmentos artísticos, folguedos alagoanos mais presentes no carnaval negro dos anos 90 eram: Negras da Costa, Maracatu e Afoxés, havendo nesse período o surgimento dos Mestres Populares, até hoje tão presentes na nossa cultura, entretanto, sem a devida valorização.

As Milícias Armadas “Liga dos Republicanos Combatentes”¹⁹ do Estado de Alagoas percebendo que estava havendo a presença da religião de matrizes africanas no carnaval, através dos Afoxés e Maracatus de Terreiro, como Bruno Cavalcanti (2006) traz em seu artigo

¹⁹ Criada em homenagem a Miguel Omena, advogado morto na cidade de Ponta Grossa, localizava-se no bairro da Levada, em Maceió. Fundada em 17 de dezembro de 1911, com sede social à rua de Santa Cruz, número 69, era uma organização proletária e carnavalesca presidida por Manuel Luís da Paz, ex-combatente na Batalha de Canudos, em 1897 (ANDRADE, 2015).

Nina Rodrigues, para o contexto de Salvador, chama de “candomblé de rua” a manifestação desses grupos organizados de negros com seus desfiles à base de música, canto e dança de matriz africana, os afoxés, nos finais do século XIX (Rodrigues, 1932). Os maracatus, como outros clubes carnavalescos também, só desfilavam mediante a obtenção de licença das autoridades constituídas. Todo o problema maior na efêmera existência dos maracatus maceioenses seria sua associação com a vida religiosa, como dita, pois não raro chegaram mesmo a ser tomados com sendo a própria religião. (CAVALCANTI, 2006, p 31)

Com a ação da Milícia, acima citado, dá início o maior e pior acontecimento da História do negro em Alagoas e que, infelizmente, é omitida dos nossos livros de História de Alagoas, que é “O Quebra de Xangô de 1912”.

Este ato, vinha sendo construído há muito tempo e através de um pretexto político, onde Ulisses Rafael (2009) traz um fato que foi causador para esse trágico episódio

Nesse período, o governador do Estado, Euclides Malta, se encontrava afastado do poder, de onde fora retirado poucos dias antes, a 29 de janeiro, por revoltosos populares capitaneados pela Liga dos Combatentes. Os motivos alegados foram a sua longa permanência no poder, já que teria exercido três mandatos (1900/1903, 1906/1912), tendo sido substituído em período intermediário pelo irmão, Joaquim Paulo Vieira Malta (1903/1906), fato que concorreu para caracterizar essa época como a “era dos Malta”. Segundo os adversários políticos, essa longevidade da família decorria da proteção obtida junto às casas de feitiço da capital, razão pela qual se decidiu também atacá-las, mesmo quando o governador deposto não ameaçava mais os planos da oposição. (RAFAEL, 2009, p. 493)

E na semana que ocorreu o quebra, as ruas de Maceió estavam movimentadas, não só porque era época de carnaval, mas porque era realizada uma das festas mais tradicionais pelos Terreiros de Maceió, que era a festa da Senhora das Águas doces- Orixá Oxum, cuja data era comemorada com o dia da Imaculada Conceição, celebrada pelos católicos.

Esse fato não se encontra nos livros didáticos, principalmente na História de Alagoas, mas que é importante ser falado, principalmente no âmbito escolar, pois uma grande parte dos alunos e professores, principalmente de História, nunca tinha ouvido falar do ocorrido de 1912. Este fato era para ser debatido nas aulas e/ou discussões da disciplina de História de Alagoas, que é mais que só a

arquitetura, as praias, os Marechais, mas também, é a resistência de um povo que luta por sua História e seus ideais.

Alagoas é o Estado que têm o maior símbolo de resistência a céu aberto da América Latina- Serra da Barriga, localizado no município de União dos Palmares e que só é lembrado no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. E no dia 02 de fevereiro de 1912, através de uma ordem de Fernandes Lima - para a milícia armada denominada Liga dos Republicanos Combatentes para destruírem todos os terreiros de matrizes africanas do estado.

O referido Decreto, chamado de “Operação Xangô”, ocasiona o ato conhecido como “O Quebra de Xangô de 1912”, onde a maior resistência desse ato Tia Marcelina, lalorixá, afronta os policiais que chegaram na porta do seu terreiro para o derrubar, onde, segundo Historiadores, ficava localizado na Praça Sinimbu, no bairro do Centro, em Maceió. Este ato de bravura de Tia Marcelina, encoraja o povo negro alagoano a resistir. Sua coragem fica registrada em uma frase: “Bate ‘moleque’!²⁰ Quebra braço, quebra perna, tira sangue, mas não tira saber”. Tia Marcelina resiste ao referido ato e deixa, atualmente, um legado de encorajamento as causas afro-ameríndias.

Anderson Almeida e Paulo da Silveira (2019) falam sobre o que aconteceu com Tia Marcelina, após 1912

Anos depois do Quebra de 1912, Marcelina falece, de causa incerta. Não se sabe se ela se suicidou, se adoeceu devido a uma grave pneumonia, ou se morreu diante do pejí. O que se sabe é que sua imagem sofreria um processo de apagamento. Sua memória não permaneceria no cotidiano de quem frequentava os terreiros. Imperou-se o silêncio. Suas memórias, tecidas e construídas coletivamente, aos poucos, apagavam-se. (ALMEIDA e SILVEIRA, 2019, p 132)

Tia Marcelina é lembrada e homenageada através de um bloco carnavalesco “Tia Marcelina”, organizado pelo Coletivo Afro Caetés e pelo prêmio “Tia Marcelina”, que é uma iniciativa do Governo do Estado de Alagoas, por meio da Secretaria da Mulher e dos Direitos Humanos (SEMUDH), criado em 2016 com

²⁰ Tia Marcelina, se referiu aos soldados como pessoas sem noção, que não merecia confiança; que eram uns canalhas.

o objetivo de prestar honrarias a personalidades do Estado que atuam na luta pela igualdade racial.

O resultado do ato de 1912, é a expulsão dos Babalorixás e lalorixás do Estado de Alagoas. Muitos deles recorrem aos Estados de Minas Gerais, Pernambuco, Salvador e outros para lhes darem suporte, após presenciarem seus terreiros com todos os seus objetos dentro deles serem queimados e destruídos em via pública.

Somente após 50 anos, os cultos aos orixás reaparecem em Maceió, trazendo consigo outras variações de Nações²¹, como explica Janecléia Pereira Rogério, no seu artigo “O Xangô em Maceió: suas variadas nações”. Pois antes da Quebra de Xangô, a Nação mais cultuada em Alagoas, era a Nação Nagô e o Nagô Xambá e se inicia um outro momento de cultos no estado, mas para eles poderem praticar esses cultos, tudo foi acontecendo aos poucos pois, não se tem registro de Decretos ou ordens para que os Terreiros voltassem a funcionar normalmente.

Janecléia Rogério (2006) traz um relato de um Babalorixá sobre um certo “acerto”

Segundo Pai Maciel, depois de várias discussões entre as autoridades policiais, os representantes políticos, o povo e “pessoas de prestígio”, ficou acertado uma contribuição para o exercício do Candomblé; sendo então liberado o toque, mas este deveria tocar cedo, sem haver cachaçada, nem baderna, nem muita zoada demais até tarde. Aí foi trabalhando, trabalhando, até que foi mudando, mudando, que, graças a Deus, chegou a civilização e a gente hoje estamos (sic!) em plena liberdade. (ROGÉRIO, 2006, p 43)

Eles tinham horário para começar e terminar seus atos e não podiam ter som de atabaque²² e que fica marcado como “Xangô rezado baixo²³”, onde os

²¹No Brasil, elas são representações singulares do culto aos Deuses, com formas diferentes de manifestação com cultuações, nomes e costumes. São elas: Nagô, Jejê, Angola, Ketu, Umbanda e Xambá, onde pode haver a mistura entre as nações.

²² Instrumento feito com a pele de um animal esticada sobre um suporte de madeira oca. É tocado com as mãos e pode ter vários tamanhos. Sua origem é africana e sua difusão no Brasil foi feita pelos escravos negros. O significado dele nas celebrações é ser o mediador que liga a espiritualidade com a terra e seus adeptos.

²³ Como uma liturgia fechada, sem danças, cantos e sem a exaltação dos toques dos tambores. Foi esse modelo de culto que durante anos predominou na capital de Alagoas. O viajante que

cultos eram acompanhados através de palmas, para ritmização dos cânticos, que faziam parte do ritual.

Começa em Alagoas um novo segmento religioso que é a Umbanda, que se forma através do sincretismo religioso, com a igreja católica, espírita, indígena e o Candomblé, como nos explica Janecléia Rogério (2006)

Já a Umbanda — uma mistura de várias nações afro-brasileiras, o catolicismo e o espiritismo — cultua os Caboclos (índios brasileiros), os Pretos Velhos (espíritos de escravos) e os Orixás (representações de forças da natureza). Segundo Ortiz (1978), a Umbanda é vista como o “embranquecimento” e a “desafricanização” dos cultos afro-brasileiros — uma forma como que inferior dessa religiosidade. (ROGÉRIO, 2006, p 44)

Neste novo momento da História do povo negro em Alagoas, uma variação de Nações, como a Nação Ketu, Jejê, Angola e Umbanda são inseridas nesta cultura em novos terreiros. Atualmente, é realizado anualmente dois eventos que relembram, através de cortejo pelas ruas de Maceió, esse ocorrido que é o “Xangô rezado baixo” e “Xangô rezado alto²⁴”, com grande participação de personalidades negras locais, bem como dos terreiros religiosos de Maceió.

E depois entro na segunda parte do livro “A Descoberta pela Educação”, que é composta pelos artigos: “Escola de Negros”, escrito por Mônica Luise Santos e Maria das Graças de Loiola Madeira; onde falo de como iniciou a educação para os negros no Brasil através da “Escola Central” que fazia parte de um projeto local de grande ambição para a época: instalar escolas e colônias agrícolas, voltadas para crianças negras do sexo masculino. Maceió seria a cidade sede para este formato de escola que funcionaria como esse lugar de ordenação ou ponto central de referência. Tal modelo, não funcionava como o ensino de hoje, onde qualquer pessoa poderia ingressar na escola. Havia uma falsa ideia de que a

retornasse ao local depois daquele fatídico período e percorresse todas as ruas da cidade em busca dos toques dos terreiros iria encontrar uma estranha quietude. (RAFAEL, 2010, p 307)

²⁴ O Xangô Rezado Alto acontece em memória ao ‘Quebra de Xangô’ [...] Esse fato por muitos anos foi silenciado, mas, recentemente, o segmento de matriz africana começou a se mobilizar e articular, com o apoio do Poder Público e da sociedade civil, o Xangô Rezado Alto, que desde 2013 é realizado pela [Fundação Municipal de Ação Cultural]- FMAC. É um evento de suma importância e de celebração do ‘Quebra de Xangô’ para que aquele episódio não se repita. Então, esse evento é celebrado há vários anos com o intuito de mostrar à sociedade a intolerância causada naquela época em cima das religiões de matriz africana. (MULLER, 2019)

escravidão havia terminado e as atitudes mostravam o contrário, como relatam Mônica Santos e Maria Madeira (2006)

O projeto dessa instituição pretendia atender a dois propósitos: fazer cumprir o que determinava a Lei do Ventre Livre e tornar-se veículo de propaganda abolicionista alagoana. Sobre o primeiro propósito, a Lei do Ventre Livre definia, entre outras obrigações, a de cuidar da educação das crianças libertas. Os proprietários de escravos e o Estado teriam que se dividir na tarefa de educá-los, embora a dubiedade da Lei isentasse os senhores de escravos de tal obrigação, permitindo-lhes o usufruto do trabalho do menor até os 21 anos. Em relação ao segundo propósito, a criação da Escola se efetivar a pela ação da Sociedade Libertadora Alagoana, especialmente através da iniciativa do abolicionista Francisco Domingues da Silva, que ocupará o cargo de diretor da Escola entre 1888 e 1893, quando ela fora extinta.” (SANTOS e MADEIRA, 2006, p 52)

Dando continuidade, falo da “Afroetnomatemática: África e afrodescendência”, escrito por Henrique Costa Junior; onde o autor apresenta referências negras na matemática, que são importantes na História da matemática mundial, mas que na História e nem nos livros isso é abordado. Ainda sobre este ponto, ressalto quatro escritores negros e que as referências negras não são abordadas nos livros didáticos.

Para finalizar a abordagem da revista, encerro com o artigo “Criminologia e Etnocidade: culpa categórica e seletividade de negros no sistema judiciário brasileiro”, escrito por Arim Soares do Bem. Faço uma abordagem contemporânea a nossa situação atual no Brasil, especificamente na realidade maceioense, onde a maioria dos ouvintes da palestra vivem essa situação “seletiva de negros” através das abordagens policiais nas comunidades em que residimos, onde presenciamos policiais invadirem casas, entrarem nas grotas de Maceió atirando, com agressões e xingamentos - situações de extremo preconceito e constrangimento.

Para finalizar a palestra, abordo sobre o livro “Discutindo Etnicidades: alimentação, afro religiosa, percursos intelectuais negros, políticas linguísticas e adornos indígenas”, organizado por Jocélio Teles dos Santos, abordando a culinária afro-indígena presente na culinária brasileira, fazendo uma reflexão sobre todos os assuntos abordados, bem como sobre a importância dessa palestra nas

escolas, para os professores e alunos, pois trata da nossa História e da nossa resistência.

Nas próximas linhas, relatarei como foi a experiência de aplicar a Lei 11.645/08, através dos livros descritos acima e a recepção dos alunos com as temáticas acima explicitadas.

3.2.2 Experiências sobre a palestra

A Escola Estadual Manoel Simplício do Nascimento, foi a primeira escolhida para a aplicação do Projeto. O primeiro passo foi uma conversa com Sidney Pimentel, Diretor da escola, a quem foi apresentado o Projeto com seus objetivos. Ele ficou bastante entusiasmado, principalmente por ser ex-aluno da escola e ex-aluno de *ballet* clássico e *jazz* da sua irmã Selma Pimentel, proprietária da Academia de Ballet Selma Pimentel, em Maceió.

A palestra ocorreu nas turmas do Ensino Fundamental II ao Ensino Médio, dos turnos manhã e tarde. No turno da manhã, a aplicação foi para as turmas que estavam sem professores.

O meu encaminhamento para os alunos se deu da seguinte forma: sem o auxílio de nenhum responsável da escola, eu entrava nas salas, me apresentava, dizendo que era da Universidade Federal de Alagoas, do Curso de Licenciatura em Dança e estava ali para conversar com eles sobre um livro que estudei na Universidade. A escola não disponibilizou *datashow* nem *notebook* para que a palestra ocorresse, por isso o direcionamento foi para um bate papo com os alunos.

A seguir, apresento um trecho das minhas impressões do relatório final do Projeto “11.645 Motivos”: “Os alunos foram muitos ouvintes e receptíveis. Todos prestaram atenção na minha fala. Alguns alunos trouxeram perguntas, questões étnico raciais da sua própria família ou vizinhança. Daí fui fazendo *links* com o assunto debatido.” Ao longo da minha fala, fui percebendo o quão leigos eram os alunos, pois foram surgindo colocações equivocadas, como por exemplo: falaram que Candomblé era uma dança. Tive que abrir uns parênteses para explicar que não era uma dança, por si só, mas uma manifestação religiosa, onde há dança,

culto à natureza, cânticos, etc. e, outro aluno entrou na sala, no meio da palestra e chamou a aluna de “macumbeira”. Também tive que explicar o porquê da expressão “macumbeiro.”

Na última turma que palestrei, foi muito impactante para mim, enquanto docente, naquele momento, presenciar a situação de intolerância religiosa por parte do referido aluno, em momento de insensatez, reveste a arte da docência de uma potencialidade que até o “recado do Espírito Santo” não permite acessar o momento de tanta incongruência acadêmica.

Em uma das partes da palestra, o mesmo aluno pediu para falar e começou a perguntar qual era o objetivo nos rituais de cultos africanos, fazendo perguntas descabidas e introduzindo versículos bíblicos, querendo impor que só a sua religião era a válida e a de matrizes africanas era a do “inimigo”, tentando assim tumultuar a palestra. Em alguns momentos, tive que ter pulso mais firme, pois ele queria de qualquer jeito impor seu ponto de vista para todos se dizendo “usado pelo Espírito Santo” para impedir a minha palestra, querendo “falar” em línguas dos anjos. Interrompi explicando que ele estava em âmbito escolar, lugar de debates, de diferenças e que a partir do momento em que ele chega para impor algo, acaba por infringir a Lei Nº 5.250 que nos dá o direito da liberdade de expressão.

Esse primeiro momento foi para mostrar que não seria fácil levar para as escolas uma temática vista com tantos tabus nas escolas, mas também me trouxe a certeza que estava no caminho certo, pois eu estaria sendo um instrumento de revisitação de pontos de vista, quebrando paradigmas, dogmas, que muitas vezes se apresentam de forma errada, cheios de preconceitos.

No turno da tarde, já havia a presença de professores nas salas de aula, porém não foi um momento que todos pararam para ouvir e debater, pois os professores estavam escrevendo no quadro o assunto da prova, que seria na próxima semana. Sinto que naquele momento, a prática docente não se fez presente pelos referidos professores.

Numa das turmas, acontecia a aula de História e um grande número de alunos negros estavam presentes. Através de gritos, como “somos negros”, “é isso aê”, durante a palestra e com seus cabelos “*blacks*”, compactuavam com as

palavras por mim proferidas. Percebi que já havia esse pertencimento negro e mais uma vez veio o pensamento do caminho certo, de estar nas escolas falando do povo negro. Nessa turma, em especial, pude debater com a professora de História sobre os temas dos livros didáticos de sua disciplina. Questionei se os mesmos relatavam sobre o povo negro, e quando da História de Alagoas, se em algum momento, abordava sobre a Quebra de Xangô de 1912. Para a minha surpresa, ela nem sabia do que se tratava, e percebo o quão escassos são os diálogos e a aplicação da História do povo alagoano. Fiquei imaginando os temas e assuntos equivocados que os professores ainda transmitem para seus alunos. Essa grande lacuna no assunto que se refere à História do povo negro, do povo alagoano, começa pela falta de debates nas Universidades sobre esta temática. A falta de professores negros nas Universidades e Faculdades, bem como, a não abertura de canais de diálogos para que isto possa acontecer com mais eficácia.

Na parte da cultura alagoana, onde falo do carnaval negro de Alagoas, aponte os grupos de Maracatus e Afoxés da época. Muitos não sabiam do que se tratavam essas manifestações artísticas e cabe ressaltar a falta de debate sobre a arte popular nas aulas de artes, onde muitas vezes só ouvimos falar das expressões da arte: artes plásticas e esquecem das demais expressões. Nada se fala das danças populares brasileiras, nem que Alagoas é o estado com o maior número de folgedos e que a maioria deles nem se manifestam mais, por isso, a importância do ensino da dança nas escolas, principalmente por professores licenciados em dança e teatro. As disciplinas de arte não são só artes plásticas, mas elas existem com suas linguagens, como podemos ver na LDB, BNCC²⁵ e PCN's de arte, que existe um plano a ser seguido. Muitas instituições de ensino têm livros didáticos para a disciplina de arte. Alguns não são usados. E hoje, com a nova reformulação, através da não obrigatoriedade das disciplinas de Artes, Filosofia, Sociologia, deixando o aluno escolher se quer ou não estudá-las.

Na Escola Estadual Theonilo Gama, fui recebido pela professora de Arte Charlene Sadd, formada pelo curso de Licenciatura em Teatro da UFAL. Quando

²⁵ Base Nacional Comum Curricular- É um documento oficial que o conjunto das aprendizagens essenciais que os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas da Educação dos anos iniciais até o Ensino Médio.

comecei a explanar sobre o Projeto que estava propondo para a Instituição, ela abraçou a ideia, inclusive porque a escola estava desenvolvendo um projeto para a comemoração dos 200 anos de Alagoas. Foi de grande contribuição a minha participação dentro do projeto. Conversamos e montamos um calendário para o desenvolvimento das etapas do meu projeto proposto.

A palestra ocorreu no auditório da escola, no horário noturno, onde as turmas participantes eram todas da Educação de Jovens, Adultos e Idosos- EJA e estavam presentes as turmas 6º e 9º ano do Ensino Fundamental e 2ª e 3ª do Ensino Médio. Os professores Alberon de Língua Portuguesa, Márcia de Geografia, Charlene de Arte e Irani de História também estavam presentes.

Sobre isto, segue um breve relato do meu relatório final: “Os alunos ficaram em grande tempo calados, mas diferentes de outras turmas, souberam respeitar todo o conteúdo passado, por serem alunos mais velhos, com mais experiências.” Vejamos abaixo, um registro fotográfico da minha palestra no momento acima citado:



Imagem 2: Palestra no Auditório da Escola Estadual Theonilo Gama. Fotografia: Charlene Sadd

Nesta palestra, os alunos foram compreensivos e prestativos. Alguns trouxeram suas contribuições para os temas abordados. Foi mais um bate papo do que uma palestra em si. Foram trocas de vivências e é isso que a oralidade propõe, onde não há o certo ou errado, mas onde cada um contribui com a fala de todos.

A minha contribuição com a palestra trouxe muitas reflexões para os alunos, pois os temas por mim abordados, seriam por eles utilizados em suas palestras na escola. “A população indígena e negra de Alagoas”, seria o assunto que permearia o momento de retorno dos alunos aos seus referidos projetos. Pude trazer informações que muitas vezes não são encontrados nos livros de Histórias e pesquisas do *google*, percebendo com isso, a importância do diálogo sobre estas temáticas nas escolas.

No término da palestra, a professora Iran de História, trouxe suas reflexões, que foram de grande importância, pois além de complementação à palestra, fez interligações com suas aulas e a disciplina de artes. Vejamos mais um registro das palestras:



Imagem 3: Palestra no Auditório da Escola Estadual Theonilo Gama. Fotografia: Charlene Sadd

Ao chegar na Escola Municipal Arnon de Mello, fui direcionado a sala da Coordenadora Pedagógica Rejane Bandeira, que me recebeu muito bem e abraçou o objetivo do projeto sugerindo que levássemos também para a Escola Padre Pinho, uma vez que a Professora Rejane Bandeira, também era Coordenadora Pedagógica da referida Escola. Após nossa conversa, construímos um calendário para o plano de execução do projeto.

A palestra ocorreu na sala de informática, que encontra-se sem nenhum computador, mas é utilizada para reuniões e palestras. As turmas selecionadas foram: no turno noturno, onde funciona a EJA! estavam presentes os alunos da 1ª, 2ª e 3ª fase, com os seus devidos professores, porém nem todos os alunos

participaram, pois os que não tiveram presentes são considerados os “Bagunceiros, brigalhões e/ou zoadores. Segundo a Coordenadora Rejane Bandeira essa é uma forma de “punição” por não participarem de nenhum evento extra. Esta ação pedagógica se justifica, pelo fato de a referida Escola trabalhar com alunos que foram pequenos infratores, daí a escolha desta forma pedagógica.

O desenvolvimento da palestra foi tranquilo. Todos os presentes bem atentos. No final da mesma, abri para debatermos. Três professores falaram da importância de palestras com essas temáticas nas escolas; uma aluna falou do ponto ruim e bom da Quebra de Xangô de 1912. Vejamos:

“Foi ruim, pelo ocorrido em nosso estado, por deixar uma mancha ruim na História de Alagoas e o bom, foi relevante, pois com a expulsão das lalorixás e Babalorixás do nosso estado e quando eles voltaram trouxeram consigo outras culturas-nações do Candomblé, assim aumentando as variações de cultos. ” (Trecho do relatório de ação do autor, 2016)



Imagem 4 e 5: Palestra na Escola Municipal Arnon de Mello. Fotografia: Rejane Bandeira

Nas minhas considerações finais, também reforcei a importância de ter ações como essas nas escolas e também trouxe para aqueles alunos um pouco da minha vida pessoal, sendo morador de uma das favelas do bairro do Jacintinho, negro e que conseguiu ultrapassar todos os empecilhos e ingressar em uma Universidade Pública. Enfatizando que eles também são capazes de superar e enfrentar os obstáculos e, futuramente, estarem no mesmo lugar que eu, trazendo para outras pessoas esses incentivos através de palestras ou outros tipos de projetos.

A outra escola coordenada também pela professora Rejane Bandeira, era a Escola Municipal Padre Pinho e também é a única Instituição fora do eixo Jacintinho. Fica localizada no bairro da Cruz das Almas, mas que também inclui no projeto, por já ter dialogado com a responsável e por ter um grande número de alunos moradores do bairro do Jacintinho.

Foi uma outra experiência, pois era um ambiente com alunos só de Ensino Fundamental. O espaço onde ocorreu a palestra era pequeno. Tivemos que realizar duas sessões de palestra: Na primeira sessão, foram duas turmas, 6º E e F, com a presença do professor de Artes Luciano Carvalho e da professora de Língua Portuguesa, Gorete Canuto. Na segunda sessão, as turmas do 6º G, 7º D e do 8º D. E presentes, os professores de Matemática Robélio Araújo e as professoras de Ciências Socorro da Silva e Glaucia Lima. Em ambas sessões, a Coordenadora Rejane Bandeira esteve presente. Este momento foi registrado em imagem, conforme segue:



Imagem 6: Palestra na Escola Municipal Padre Pinho. Fotografia: Rejane Bandeira

A palestra aconteceu de forma tranquila, onde todos os alunos estavam atentos. Entretanto, quando adentro na temática “Candomblé” a maioria começa a se “benzer”, a “reprender” o tema, como a experiência nas outras escolas. Permite que todos expressassem seus repúdios e posteriormente, falei que tudo aquilo era “normal”, pois é o que ouvimos de nossos pais, de nossos

amigos, representantes religiosos, e muitas vezes, nós professores vemos e ouvimos esses atos e não temos uma atitude de um ensinamento explicativo sobre estes assuntos. Comecei a falar sobre o preconceito institucional, racismo, intolerância religiosa e abordar os outros temas da palestra.

Ao término, abri o espaço para que todos pudessem expressar suas opiniões. Foi quando uma professora começou a discordar de tudo aquilo. Ela pediu a palavra, que lhe foi concedida. A mesma, se apresentou como evangélica e que discordava de muitas coisas debatidas na palestra, pois foge da sua ideologia religiosa, porque segundo a Bíblia Sagrada, este tipo de discurso e de ponto de vista, afeta sua crença.

Assim, eu e os demais professores começamos a ampliar o questionamento, pois ao contrário dela, não estávamos ali para impor opiniões, mas trazer outros parâmetros, que muitas vezes não é assim que é feito, onde só uma opinião é exposta. Essa discussão trouxe muitas inquietações os professores e também a certeza que essas e outras ações precisam estar inseridas no ambiente escolar, pois não são só professores que têm essa visão, mas há muitos alunos se apresentam com o mesmo pensamento e imposição de uma única opinião.

Penso que é esse o impacto da ideia da desobrigatoriedade das disciplinas reflexivas, pois o objeto é justamente esse, onde os alunos não pensem, questionem, reflitam. Em que tenhamos uma sociedade que todos tenham o mesmo pensamento. Inclusive o próprio Presidente da República brasileira compartilha com o pensamento dessa professora, onde ele expressou em 2018 para uma plateia de Militares em Vitória (ES), como traz a reportagem da Folha de São Paulo: “ninguém quer saber de jovem com senso comum”, onde ele falava sobre a sua ambição em instalar escolas militares em todas as capitais brasileiras.

3.2.3 Oficina de dança afro

Como estudante do Curso de Licenciatura em Dança, não tinha como não abordar esse tema dentro do Projeto desenvolvido. Cada bolsista ficou de trabalhar nessa etapa a sua área de estudo. No caso do bolsista Ricardo Pereira, trabalhar a teatralidade na contação de histórias e eu, abordar uma das

expressões tão presentes na cultura negra - a dança - que é uma das linguagens muito presente, se unindo à musicalização (canto e instrumentos). Segundo Nadir Nóbrega (2016, p 6), em seu artigo “Por que não eu? Reflexões sobre a dança afro para a aplicação na Lei 11.645/2008”: “Herdamos dos nossos antepassados o aprender a dançar e a cantar como aprendemos a falar, e a festa para nós é o espaço no qual reatualizamos e revivemos os saberes ancestrais.” Podemos ver essa frase bem viva quando adentramos no bairro do Jacintinho que possui uma das maiores concentrações de grupos culturais da cidade de Maceió, manifestações majoritariamente de cultura negra.

Além de trazer as experiências de grupos populares em que vivenciei, trouxe na minha metodologia de ensino alguns teóricos da dança para a complementação. Não quis deixar uma atividade tão formal, nos moldes da pedagogia tradicional, preferi uma aula mais voltada para a experimentação prática parecidas como as que vivenciei no CENARTE-AL e no Grupo Ará Funfun Omangerê.

A contextualização da dança tinha que ser crucial por ser o ponto abordado na execução do Projeto e também por estarmos tratando de uma cultura marginalizada e demonizada. Em pesquisa desenvolvida por três professoras da Rede Pública de ensino do Rio de Janeiro: Aline de Oliveira; Célia Salvador e Maria Arruda (2013), onde foram pesquisadas sete escolas públicas e teve como objetivo “identificar como a obrigatoriedade legal do ensino de História e Cultura Afro-brasileira está se materializando nas práticas pedagógicas desses docentes”:

O preconceito religioso também se manifesta na rejeição da comunidade (pais, alunos e associações de moradores) predominantemente cristã protestante ao tema africanidade. Um exemplo disto é que a comunidade não reconhece os deuses africanos como deuses, mas se como demônios [...] pois a comunidade era religiosa e não aceitava nenhuma menção às religiões afro vulgarmente conhecida como macumba (OLIVEIRA *et al*), 2013, p. 8)

Ao pesquisar escolas para a aplicação desse projeto, ouvi muitas vezes diretores me responderem da mesma forma. Se diziam se “manter” neutros, pois não queriam confusão com a comunidade (pais e alunos). São majoritariamente evangélicos protestantes, mesmo informados que existe uma Lei federal que

direciona esta nossa fala, os mesmos persistiram na “neutralidade. ” Esta realidade nos é posta por dois estados brasileiros, que apresentam a mesma prática, onde infelizmente gestores se opõem a cumprir as Leis determinantes, apoiando o racismo, intolerância, LGBTQ+fobia.

Não foi possível o cumprimento dessa etapa na Escola Estadual Manoel Simplício do Nascimento por ser justamente na semana de prova semestral. Não houve um reforço por parte da gestão da escola para os encontros. Nos dois dias estabelecidos para a oficina, não houve a presença de nenhum aluno para a atividade. Assim, não foi possível também a realização das outras etapas, pois a Escola entrou em recesso escolar, e como tinha prazo para a finalização do Projeto, adiamos a ideia da realização do mesmo para um outro momento.

Seguindo a realização do Projeto “11.645 Motivos” dentro do Projeto dos 200 anos de Alagoas, da Escola Estadual Theonilo Gama, obtivemos um maior número de participantes, aproximadamente 70 alunos da EJA, turmas do 4º e 8º ano do Ensino Fundamental e 1º A, 2º A, 3ºB do Ensino Médio.

A oficina de dança afro foi ministrada no auditório da escola, no turno noturno. Os Professores Railda Leonardo, Marcelo de Educação Física e Charlene Sadd de Arte se fizeram presentes. A oficina que tinha como previsto o início às 19:00h, iniciou às 19:30, pois foi destinado em média 30 minutos para poder organizar os alunos dentro do auditório. Depois de tudo organizado, a professora Charlene Sadd explanou para todos o que seria aplicado e solicitou que os mesmos escrevessem as suas impressões no caderno e propôs que alguns vivenciassem corporalmente e outros anotassem. Muitos alunos não quiseram participar por vergonha de estarem sendo observados. Segue abaixo um registro deste momento



Imagem 7: Oficina de Dança Auditório da Escola Estadual Theonilo Gama. Fotografia: Charlene Sadd.

Antes de começar a parte prática, expliquei que a oficina não tinha nada a ver com a espiritualidade da religião de matrizes africanas, por estar sendo usada durante a oficina músicas de grupos de Afoxés, que trazem em suas letras saudações aos Orixás, mas que estávamos ali para vivenciar uma manifestação cultural.

Comecei a oficina direcionando-os para um alongamento básico, dos membros superiores e inferiores, pois são as partes mais usadas na dança afro, em seguida começamos o aquecimento de todo o corpo, pois estávamos trabalhando com corpos que cotidianamente não praticam nenhuma atividade física. Dando continuidade, comecei a introduzir movimentos de cultivo de corte de cana, de plantio que era usado no tempo da escravidão, onde a professora Charlene Sadd acrescentou que é o que acontece com as danças populares, que foram das ações cotidianas que surgiram algumas manifestações culturais.

No segundo momento, introduzi os códigos da dança afro, e reforçando que não existe um padrão de movimentação, pois cada grupo e coreógrafo tem a sua liberdade de composição e que alguns daqueles movimentos foram criados por mim através de minhas vivências. Também expliquei que nas danças africanas há a utilização do centro do corpo e da pélvis, como também podemos encontrar nas danças de *swingueira*²⁶, *funk*²⁷ e no próprio coco Alagoano²⁸, na umbigada²⁹.

²⁶ A *swingueira* foi criada no Bahia. Ela surgiu entre 1998 e 2000 na Bahia, a partir de manifestações musicais de Margareth Menezes e Daniela Mercury. [...] A *Swingueira*, que alguns chamam também de *samba Reggaeton*, nasceu da difusão do *Samba Comum* com o *reggae*

Através dos códigos dos passos do orixá omulu/ obaluaiê (que é o orixá das doenças, da cura, da vida e da morte), expliquei da relação dos seres humanos com a terra e o céu/ soberano. Segue abaixo um registro deste momento:



Imagem 8: Oficina de Dança no Auditório da Escola Estadual Theonilo Gama. Fotografia: Charlene Sadd.

Por último, adentro na parte dos Afoxés; passo de Ijexás³⁰; passos mais delicados, sensuais. O uso da meia ponta quando da execução de alguns movimentos, como a da Orixá feminino Oxum, que é a Deusa das águas doces, da beleza e do ouro, se fez presente.

Finalizei chamando todos os alunos que estavam sentados, para juntos formarmos um grande círculo, explicando o porquê do formato de círculo nas

latino, com fortes influências do Merengue e do Olodum. Disponível em: <<http://swing-loko.no.comunidades.net/swingueira>>. Acesso em: 11/05/2020.

²⁷ Inicialmente derivado da *soul music* [...] Trazido para o Brasil no final dos anos 1970, os primeiros bailes funks eram realizados na Zona Sul do Rio de Janeiro [...] Atualmente, o funk movimenta milhões na indústria da música. O principal canal do *YouTube* brasileiro é o Canal Kondzilla, produtora de clipes que são, em sua maioria, de funk. (CHAGAS, 2018)

²⁸ O Coco pode ser considerado um gênero poético-musical- coreográfico. Embora possa apresentar-se como gênero musical independente da dança, para aqueles que o realizam, Coco designa música, poesia e também dança. [...] Em linhas gerais podemos dizer que as características básicas do coco alagoano são: o sapateado ou "trupe", [...] a umbigada e a organização espacial do grupo - predominantemente em roda, aos pares, girando em sentido anti horário. [...] (CAVALCANTI, 1996. p 24)

²⁹ [...] A umbigada como o próprio nome sugere, é um movimento em que dois dançarinos (homem e mulher ou mulher com mulher) encostam a região da barriga uma contra a outra, em uma determinada marcação rítmica. (CAVALCANTI, 2018, p 61)

³⁰ O Ijexá é um ritmo originário da terra de Ijexá, na Nigéria, cuja patrona é Oxum. [...] O ritmo do Ijexá encanta Oxum! É ele quem energiza o Afoxé – um Candomblé na Rua! Extremamente pertinente para realizar o (Canto-que-Dança) [...] (SANTOS, 2015, pgs. 69-70)

matrizes africanas e também nas danças populares. Falar do círculo como o lugar onde todos estão no mesmo nível, ocupando o mesmo lugar. Ninguém é mais sábio ou entendedor. Lugar de respeito e igualdade. Lembramos de registrar este momento em uma foto final, conforme segue:



Imagem 9: Oficina de Dança no Auditório da Escola Estadual Theonilo Gama. Fotografia: Charlene Sadd.

Não posso esquecer da grande participação dos professores presentes durante a vivência corporal. Eles pediram que eu fizesse uma demonstração do que é a dança afro. Aceitei o convite e fiz uma pequena demonstração destas danças. Os mesmos agradeceram pela oficina e da importância dos alunos vivenciarem de forma prática uma cultura tão rica, porém tão marginalizada. Em seguida, agradei pela participação de todos e pela escola ter aberto as portas para debatermos a temática afro-ameríndia.

Na Escola Municipal Arnon de Mello, a oficina estava prevista para acontecer em dois dias, no horário noturno, mas no primeiro dia, fiquei esperando por volta de três horas alguém chegar para a oficina. Não houve a presença de nenhum aluno. No segundo dia, aconteceu a mesma coisa. Faltando 30 minutos para acabar a oficina foi que chegaram alguns alunos. Não os dispensei. A imagem abaixo registra o momento:



Imagem 10: Oficina de Dança na Escola Municipal Arnon de Mello. Fotografia: Denis Angola

Tudo que eu teria que aplicar em dois dias de aula, com duração de 2 horas, resumi. Falei sobre do que se tratava a oficina e de forma sucinta adentrei na parte prática. Foram feitos alongamentos dos membros superiores e inferiores e um aquecimento de forma rápida. Logo adentrei nas movimentações previstas. A exemplo: movimentação de plantio e ia aplicando os passos e explicando os seus significados. No meio da aula entra um aluno, sob efeito de droga e pede para fazer a aula. Permiti que o mesmo participasse. Depois, introduzi as movimentações presentes nos grupos de Afoxés e dança afro. E para finalizar, construímos uma sequência coreográfica através dos códigos que vivenciamos durante a aula. Consegui de forma rápida trazer um entendimento do que é a dança afro, de onde vem e o quanto ela está presente na nossa cultura.

Na Escola Municipal Padre Pinho a oficina ocorreu por dois dias: no horário vespertino, sempre após o intervalo - pois sabemos que a realidade de muitos alunos é frequentar a escola em busca da alimentação por ela oferecida na hora do intervalo - com duração de duas horas.

No primeiro dia, a oficina ocorreu numa sala sem uso. A mesma se encontrava muito suja e empoeirada. Com auxílio dos alunos, limpamos e organizamos a mesma para começarmos a oficina. No segundo dia, a oficina aconteceu na sala improvisada de vídeo, onde todo recurso de mídia era preso em grades de ferro para não ser roubado e a mesma já se encontrava limpa e organizada, proporcionando um ambiente bem favorável para a oficina acontecer.

Ambos os dias iniciei a aula com alongamento, tendo foco nas partes do corpo que seriam mais utilizadas: cabeça, braços, pernas e tronco. No primeiro dia trouxe, uma explicação mais teórica, pois se tratava de estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental. Nestas séries, os alunos não têm muitas informações sobre a cultura negra. Foi importante trazer para eles que não se tratava de dançar “macumba”, mas de vivenciar uma cultura tão presente no nosso meio, como nos *funks*, *swingueiras* e outras danças populares e isso despertou nos alunos uma desmistificação do que era a cultura negra.

Em seguida da abordagem teórica, adentrei nos movimentos de plantio que eram tão reproduzidos pelos nossos descendentes escravizados, como: cortar cana, cortar capim, movimentos de caça, de colheita e sempre explicando o porquê dos passos usados. Também fiz menção das danças populares trazendo corporalmente essa relação de semelhanças entre a dança afro e as danças populares, aproximando e explicando os códigos aplicados. Fomos criando pequenas sequências de movimento. O registro a seguir apresenta as palavras ditas.



Imagem 11: Oficina de Dança na Escola Municipal Padre Pinho. Fotografia: Rejane Bandeira

O segundo dia, foi uma espécie de revisão de tudo que vivenciamos na aula anterior. Construímos uma sequência coreográfica e montamos uma coreografia que foi apresentada para os gestores e funcionários da escola. Os outros não assistiram por escolha das alunas que fizeram a oficina. A foto abaixo registra este momento



Imagem 2: Oficina de Dança na Escola Municipal Padre Pinho. Fotografia: Rejane Bandeira

3.2.4 Ciné axé e apresentações dos contos afro-ameríndios

Foram duas etapas diferentes, mas em duas escolas acabou se reformulando para uma, por causa de tempo e espaço, referente a semana de provas e o recesso escolar. Irei detalhar como funcionou cada uma.

Nesta terceira etapa, aconteceu a inclusão do projeto “Ciné Axé”, coordenado pelo professor Doutor José Acioli, onde não fazia parte do nosso plano de ações, mas por observar que o referido projeto dialoga muito com o nosso Projeto, fiz o convite ao então coordenador para essa parceria.

Este projeto tem o viés de tratar com os estudantes e professores a temática negra através do audiovisual. No caso dessa nossa etapa, foram reproduzidos os curtas metragens “O Xadrez das Cores” e “1912 O Quebra de Xangô”. Posteriormente, foi iniciado um debate sobre os pontos levantados durante a exibição do curta, com a participação dos professores e dos relatos dos estudantes, sendo aquele muito qualitativo.

A quarta e última etapa, foi onde aconteceram as apresentações dos contos afro-ameríndios. Nessa etapa, houve a junção de dois projetos, O “11.645 Motivos” e a “Oralidade e Cena Negra – Caminhos Artísticos para Reflexão”, coordenado pelo Professor Toni Edson.

Nas próximas linhas, como nas etapas anteriores, irei relatar as minhas vivências em cada escola em que foram aplicadas as etapas do Projeto.

Na Escola Estadual Theonilo Gama foi a única em que consegui realizar as duas etapas em dois momentos, como já relatado anteriormente, o Projeto estava inserido em outro projeto da escola. Segue abaixo a descrição das duas etapas.

A contação de histórias ocorreu em dois dias, pois como o Projeto estava sendo desenvolvido dentro de um projeto dos 200 anos de Alagoas, ficando a programação para uma noite as apresentações dos trabalhos do Ensino Fundamental e outra noite as apresentações dos trabalhos do Ensino Médio.

No primeiro dia, estavam presentes na contação de histórias os bolsistas e colaboradores: Jailton de Oliveira, Carleane Correia, Éric Pascoal e Wesley Silva. A apresentação estava marcada para começar às 19 horas e 30 minutos. Os bolsistas e os colaboradores chegaram as 18 horas e 30 minutos, para fazer reconhecimento do espaço. As 19:00 horas, fizemos um alongamento e aquecimento corporal e vocal que nos foi ensinado nos nossos encontros com o Coordenador Toni Edson.

Começamos a apresentação em forma de cortejo pelo pátio da escola, com a música proposta pelo bolsista Jailton de Oliveira: “Rêiarêiarê, rêiarêia rá, rêiarêia.” Em seguida, iniciamos a música “Contos Afro-ameríndios”, criado pelo Coordenador Toni Edson: “Esses contos afro-ameríndios, fundados na tradição oral (2x) Viajam de longe, de boca, ouvidos, criando destinos, palavra imortal (2x)”. Neste momento conseguimos a atenção da escola, que parou para ouvir, como podemos ver na foto



Imagem 13: Contação de História no Pátio principal da Escola Estadual Theonilo Gama. Fotografia: Charlene Sadd

A sequência das contações foi: Wesley Silva “Iroco e as irmãs”, Carleane Correia “A Lenda do guaraná”, Éric Pascoal “Oxum fica pobre por amar Xangô”, Jailton de Oliveira “Oyá nasce na casa de Oxum” e finalizando Wesley Silva “Oxóssi e o pássaro das feiticeiras.” Entre cada contação, cantávamos a música “Rêia” e “Contos Afro-ameríndios”, além das músicas que cada contador cantava nos seus contos.

Todos os alunos deram uma pausa nas apresentações dos trabalhos que estavam acontecendo naquele momento, com as turmas do Ensino Fundamental EJAII, que falavam sobre a temática “Indígena em Alagoas e alguns preconceitos da sociedade”, para prestigiar a nossa apresentação que estava ocorrendo no pátio.

Finalizamos repetindo o cortejo inicial e agradecemos ao público e a escola pelo desenvolvimento do projeto e preocupação com a História de Alagoas e de seus povos negros e indígenas.

Também não deixamos de prestigiar os trabalhos apresentados pelos alunos do Ensino Fundamental EJAII que após a nossa apresentação seguiram em execução ao público presente.

No segundo dia, estavam presentes na contação de histórias os bolsistas e colaboradores Jailton de Oliveira, Éric Pascoal e Wesley Silva.

Chegamos no Colégio às 19:00 horas, pois o projeto estava marcado para iniciar às 19 horas e 45 minutos. Fomos primeiro prestigiar as turmas do Ensino Médio nas apresentações de seus trabalhos escolares.

Iniciamos as nossas atividades às 20:00 horas quando fizemos um alongamento e aquecimento corporal e vocal individual. Às 20 horas e 30 minutos, no horário do intervalo das apresentações dos alunos, fizemos nossa apresentação dos contos afro-ameríndios, numa pequena praça que há dentro da escola. Iniciamos com a música “Orum, Orum”, ponto cantado para o Orixá Oxum nos rituais do Candomblé. Isso ocorreu debaixo de chuva, pois quando iniciamos, fomos honrados pela mãe natureza. Jailton de Oliveira subiu na árvore central da praça e Éric Pascoal e Wesley Silva ficaram ao pé da mesma. Éric acrescentava

durante a música passos africanos, trazendo essa representatividade do Orixá Oxum. Infelizmente, não obtivemos registros fotográficos desse momento.

Houve uma grande relação dos três contadores com os elementos ali presentes: água da chuva, a água que escorria sobre a árvore, os pingos da chuva e a árvore em si. Jailton de Oliveira logo recita a música “13 de Maio não Houve Libertação”, enquanto isso, Éric Pascoal e Wesley Silva cantavam de fundo “Orum, Orum” e Jailton de Oliveira se apropria do Teatro do Oprimido³¹ e começa a trazer perguntas para o público “Você é negro? O que é macumba? ”, trazendo algumas reflexões para os alunos e professores.

Ao término dos questionamentos de Jailton de Oliveira, Éric Pascoal canta uma música para Exu: “Exú Onã”, que sobressai entre a citação e a sua próxima contação “A amizade entre Exú e Orumilá”. Ao término, Jailton de Oliveira e Wesley Silva iniciam o ponto “Orum, Orum” e Wesley Silva introduz o seu conto “Iroco”.

Na sequência, cantamos a música “Oh lá no céu”, que foi uma canção apresentada por Toni Edson, em uma das vivências. Essa canção foi ouvida por ele, anos atrás, em uma oficina que participou: “Oh lá no céu tem uma estrela (2x) e dentro dela, tem morador (2x).”

³¹ “A sinergia do Teatro do Oprimido aumenta o seu poder transformador na medida em que se expande e que entrelaça diferentes grupos oprimidos: é preciso conhecer não apenas as suas próprias, mas as opressões alheias. A solidariedade entre semelhantes é parte medular do Teatro do Oprimido.” (BOAL, 1975, p 16) “Caracteriza uma possibilidade de aprendizado teatral onde a divisão de papéis e as funções específicas de ator-espectador em que um apresenta e o outro assiste não mais existem, pois todos participam ativamente da ação apresentada e o espectador se transforma em “espect-ator” (SILVA, 2014, p 3)



Imagem 14: Contação de História no Pátio principal da Escola Estadual Theonilo Gama. Fotografia: Charlene Sadd.

Também finalizamos este momento repetindo o cortejo inicial e agradecemos ao público e a escola pelo desenvolvimento do projeto e preocupação com a História de Alagoas e de seus povos negros e indígenas.

Fomos em cortejo para o pátio principal onde aconteceu a apresentação de uma quadrilha improvisada, orientada pela professora de Educação Física, Railda Leonardo. Compusemos a quadrilha, junto com os alunos ali presentes.

Toda a escola foi convocada para estar na noite de Cine Axé. Esse dia foi acrescentado no projeto da escola, pois seria o intervalo de um dia para o outro das apresentações dos trabalhos, que estavam sendo desenvolvidos, sobre os 200 anos de Alagoas. O Projeto “Cine Axé” estava representado pelos bolsistas: Juliana Sena e David Gomes do Curso de Licenciatura em Teatro.

O evento ocorreu no auditório da escola. No primeiro momento, a professora de Arte da escola, Charlene Sadd, explicou o que era o Cine Axé, que estava realizando uma parceria com o projeto de 200 anos de Alagoas da escola. Em seguida, David Gomes falou dos núcleos que estão agregados dentro do Cine Axé.

A professora Charlene Sadd já tinha exibido o curta metragem “Xadrez das Cores”, do cineasta brasileiro Marco Schiavon, no início do projeto da escola, mas que não seria problema a repetição do mesmo, pois agora estava sendo exibido

novamente no término do projeto e como todos os alunos participaram do processo, já estariam com outra visão sobre a temática racial. A atenção dos alunos presentes ficou registrada na foto abaixo:



Imagem 15: Cine Axé no Auditório da Escola Estadual Theonilo Gama. Fotografia: Charlene Sadd.

Ao término da exibição do curta, David Gomes, Juliana Sena e a professora de Arte Charlene Sadd, deram início ao debate em relação aos temas expostos no filme: Racismo; desigualdade social; tráfico de drogas, e outras temáticas abordadas no filme. Em alguns momentos, os alunos expuseram suas visões e levantaram questionamentos para todos, relacionados aos temas vistos no filme.

Ao final da apresentação do filme, ouviu-se nas colocações dos alunos um outro entendimento sobre a temática afro-ameríndia, apresentando um olhar diferenciado sobre as questões cotidianas, enquanto cidadãos nas problemáticas sociais, mostrando que podemos ser porta vozes desses questionamentos. Por fim, a professora Charlene Sadd, agradeceu pela contribuição que o Projeto teve dentro do projeto da escola.

Já na Escola Municipal Arnon de Mello ocorreram as duas etapas: Contação de Histórias e Cine Axé no mesmo dia, por causa de tempo e espaço físico inadequados. A mesma situação já vivenciada na aplicação do Projeto: semana de provas escolares.

Estiveram presentes as turmas das fases 1^a, 2^a, 5^a e 6^a da EJA, no turno noturno, com a presença dos professores: Lourdinha (Língua Portuguesa e

Inglesa), Silvia (Arte), Kátia, Verônica e Aldelian (as três últimas, são professoras de todas as disciplinas na 1ª a 2ª fase).

O Projeto, neste dia, demorou um pouco para começar, pois tivemos alguns problemas técnicos: a sala que não estava devidamente adequada com os equipamentos necessários para a execução das atividades, mas, logo demos início. Neste dia, Éric Pascoal e Alexandre Nascimento, bolsista do projeto Oralidade Negra eram os contadores das histórias. Éric Pascoal inicia com a música “Exú Onã” e que foi introdução para o conto “ A amizade entre Exú e Orumilá” e, em seguida, Alexandre Nascimento, começou o conto “ Oxum e Xangô, finalizando com a música para Oxum “Eu vi mamãe Oxum na cachoeira”.

Começamos com a sala lotada no início da contação. No decorrer do processo, inúmeros alunos começaram a ter atitudes pessoais, relacionadas as suas crenças religiosas, como: “a repreender”, a se “benzer” e a saírem da sala. Foi muito constrangedor para todos nós: bolsistas e professores.

Não paramos a apresentação dos contos, pois aqueles que estavam sendo intolerantes eram os alunos. Estávamos aplicando a execução de um Projeto, previamente pensado e elaborado para o ambiente escolar.

Na finalização dos contos, já adentramos na exibição do curta metragem alagoana “1912- O Quebra de Xangô, produção alagoana, dirigido por Siloé Amorim. Não tivemos mais problemas com o esvaziamento da sala durante a exibição do filme, pois, os que permaneceram foram respeitosos. Ao término da exibição do curta metragem, os bolsistas Alexandre Nascimento e Éric Pascoal, trouxeram a importância do que foi exibido no curta, pois é algo que ocorreu no nosso estado e que não é visto e debatido nas escolas.

No término, as professores fizeram suas considerações finais, trazendo questionamentos para os alunos, mostrando para eles a importância de se perceberem enquanto cidadãos e verem o que é que eles estão se tornando e construindo na sociedade de agora e na futura, levantando questionamentos de quem eles querem formar enquanto discurso de uma causa envolvida em tanto pertencimento.



Imagem 16: Apresentação e debate sobre a contação de história e o Cine Axé sala de aula da Escola Municipal Arnon de Mello. Fotografia: Rejane Bandeira

Nos registros acima exibidos, podemos ver nas imagens, 1 e 2 a sala repleta de alunos. Já na 3, o ambiente evacuado, após o início da explanação acima mencionada, respectivamente.

Na Escola Municipal Padre Pinho, também tiveram que juntar as duas etapas no mesmo dia. A mesma situação já vivenciada na aplicação do Projeto: semana de provas escolares.

O Projeto ocorreu na sala de vídeo improvisada da escola, porque não tinha uma sala específica para projeção de material audiovisual. Primeiro comecei com a apresentação dos contos afro, com a música “Exú Onã” que é a introdução para o conto “A Amizade entre Exú e Orumilá” e posteriormente, como conto africano “Por que os cães cheiram uns aos outros?”. Em seguida, sequenciamos com a contação do conto africano “As brigas entre o Sol e a Lua”; “Oxum transforma-se em pombo” e “Oxumarê é morto por Xangô.”

Os alunos ficaram bastante atentos, pois, antes de começar, fizemos uma pequena introdução do que se tratava o evento, a Coordenadora Rejane Bandeira Pediu que todos respeitassem o momento e prestassem atenção. Logo após a contação, demos início a exibição do curta metragem “1912- O Quebra de Xangô”. Falamos da importância dos debates sobre a temática afro ameríndios, dos LGBTTQ+, das pessoas com corpos diferenciados, pois são temas que devem ser debatidos pela relevância social que eles apresentam, face a dura realidade desses contextos, vivenciados socialmente no tempo presente. Na imagem abaixo, podemos registrar um momento de atenção dos alunos presentes ao palestrante.



Imagem 17: Contação de História na Sala de vídeo da Escola Municipal Padre Pinho. Fotografia: Rejane Bandeira

4 APLICAÇÃO DO PROJETO EM OUTROS TRÊS ESPAÇOS

Além das apresentações do Projeto nas escolas, tivemos a oportunidade de apresentá-lo em alguns outros espaços. Trarei um breve relato de como foi a aplicação do projeto 11.645 Motivos, dentro de três contextos fora do âmbito escolar formal, mas que são espaços de debates e reflexões.

4.1 Congresso Acadêmico Integrado De Inovação e Tecnologia- CAIITE 2016

É um evento realizado pela Universidade Federal de Alagoas- UFAL em parceria com o Instituto Federal de Alagoas – IFAL, Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Centro Universitário – CESMAC e Faculdade Integrada Tiradentes – FITS, que ocorre bianualmente. No ano de 2016, foi distribuído em vários locais da cidade, como: Campus A. C. Simões; Museu Théo Brandão e Espaço Cultural Universitário da UFAL.

No mês de dezembro, deste mesmo ano, ocorreu nossa apresentação no Espaço Cultural Universitário da UFAL. Foram apresentadas a palestra e contação de histórias, onde se juntaram os dois projetos: “11.645 Motivos” e “Oralidade e Cena Negra – Caminhos Artísticos para Reflexão”. Segue abaixo a imagem do cartaz de divulgação do Projeto no referido evento:



Imagem 18: Cartaz de Divulgação. Fotografia: Arquivo pessoal

A palestra ocorreu na antiga sala do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros-NEAB, da UFAL, com os bolsistas Éric Pascoal, Ricardo Pereira, Tamires Rodrigues e Wesley Silva e o Coordenador Toni Edson. Cada um teve o seu momento de fala, onde abordaram a sua temática: Ricardo Pereira, com “Aldeias Indígenas em Alagoas”; Tamires Rodrigues, com “O Corpo Negro em Cena”; Wesley Silva com “os Quilombos em Alagoas” e Éric Pascoal com “O Negro em Alagoas”. Tivemos a presença de professores e alunos da UFAL e pessoas da comunidade. Vejamos o registro deste na foto abaixo:



Imagem 19: Palestra na Antiga sala do NEAB – UFAL. Fotografia: Toni Edson

Após a palestra, convidamos a todos os presentes para juntos irmos para o pátio principal do Espaço Cultural Universitário, onde fomos cantando a música “Contos Afro ameríndios”, criada pelo Coordenador Toni Edson. Ao chegarmos no pátio demos início aos nossos contos Afro-ameríndios: “A lenda do dia e da noite”, “A lenda do guaraná”, “Iroco e as irmãs”, “Oxóssi e o pássaro das feiticeiras”, “Logun Edé”, “Omulu”, “Oyá nasce na casa de Oxum”, “Oxum fica pobre por amar Xangô”, “A amizade entre Exú e Orumilá”. Cada membro antes de começar a sua contação trouxe músicas relacionadas com as mesmas, tornando a apresentação mais rica. Ao término, foi aberto o debate sobre a palestra e a contação, pois preferimos deixar o debate para a finalização, uma vez que tínhamos tempo estipulado de apresentação. Registramos nesta foto, o momento em que abrimos para o público os comentários sobre as apresentações:



Imagem 20: Debate sobre os processos no Pátio do Espaço Cultural Universitário - UFAL. Arquivo Pessoal

4.2 Centro de reabilitação para menores infratores do estado de alagoas

Essa apresentação ocorreu dentro do Centro de Reabilitação para Menores Infratores, no município de Maceió. Estiveram presentes todos os bolsistas dos dois projetos. Foi um momento único para nós, pois estávamos em um ambiente supostamente onde requeria uma atenção maior, por se tratar de um Centro de Reabilitação de pessoas que cometeram infrações. Um ambiente perigoso. O tempo todo estávamos rodeados de policiais e sempre atentos para qualquer imprevisto, mas enfim, estávamos de coração limpo, levando arte, cultura para aqueles jovens, muitas vezes esquecidos pela sociedade.

Antes de tudo, os responsáveis pelo Centro de Reabilitação nos apresentaram todo o lugar e sempre nos mostrando o trabalho social que eles desenvolviam com os jovens, incentivando-os a leitura, o cuidado com a natureza, as atividades extras que eram desenvolvidas.

Alguns dos menores infratores têm liberdade semiaberta, podem ir a escola e depois voltam para o Centro, mas que acabam não sendo inseridos no contexto escolar, como aponta Amanda Lima (2011)

Os alunos menores infratores em condições de liberdade assistida chegam às escolas e muitas vezes impulsionados apenas pela inserção, semiaberta, tornando-se liberdade assistida que entra nas possíveis medidas sócio-educativas. Listadas no artigo 112 do [Estatuto da Criança e do adolescente] -ECA, não se envolvem na prática didática da escola,

pois nem sempre a escola tem recursos, sejam eles didáticos, estruturais ou humanos, adequados para recebê-los, criando nesse ambiente uma falta de motivação entre ambas as partes. (LIMA, 2011, p 18)

Com isso o Centro de Reabilitação insere projetos socioculturais para que eles possam estar inseridos nesse contexto social e humano.

De todas as etapas da execução do Projeto, só ocorreu a contação de histórias por causa do pouco tempo destinado para a nossa apresentação. Como sempre, começamos com a música “Contos Afro-ameríndios”. Em seguida, cada bolsista deu início ao seu conto. Antes de começar, todos os bolsistas introduziram uma canção.

Os contos apresentados foram: “A amizade entre Exú e Orumilá”; “Iroco e as irmãs”; “Logun Edé”; “Omulu”, “Oxum”. “A lenda do guaraná”; “Oyá nasce na casa de Oxum”, “Oxum fica pobre por amar Xangô”, “Oxóssi e o pássaro das feiticeiras.”

Após a contação, conversamos um pouco com eles sobre cada conto e agradecemos a Coordenadora Geral do Centro de Reabilitação pelo convite. Não temos registro fotográfico deste momento, pois é proibido circular com celulares e câmeras.

4.3 8ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas- 2017

Nessa apresentação, não foi possível a presença de todos os bolsistas. Para cada apresentação dentro do evento tiveram alguns estudantes de jornalismo da UFAL escrevendo e publicando matérias sobre. Vejamos uma delas:

Seguro | <https://circuladoralagoas.wordpress.com/2017/10/09/palestra-aborda-o-resgate-da-cultura-afro-amerindia-na-8a-bienal-em-al/>

MANIFESTAÇÃO POPULAR

Palestra aborda o resgate da cultura afro-ameríndia na 8ª Bienal em AL.

Éric Pascoal e Tamires Rodrigues trazem debates sobre ações afirmativas, e ainda declamam contos sobre as histórias dos orixás ao final da apresentação.

Laís Lima

O resgate da cultura “afro-ameríndia” foi a pauta da palestra “Invisibilidade Negra”, no dia 6 de outubro, na 8ª Bienal do livro em Alagoas. Ministrada por Éric Pascoal e Tamires Rodrigues, ambos participantes do projeto Programa de Ações Afirmativas Zumbi e Maninha Xucuru-Kariri, pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e indígenas (NEAB), na Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Pesquisar ...

Sobre

O blog nasceu como veículo laboratorial da disciplina Oficina de Jornalismo Cultural, do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Alagoas.

Com notícias e reportagens sobre o cenário cultural local, propõe a circulação de produções jornalísticas de futuros profissionais da área, sob orientação da professora Janayna Ávila.

Seguro | <https://circuladoralagoas.wordpress.com/2017/10/09/palestra-aborda-o-resgate-da-cultura-afro-amerindia-na-8a-bienal-em-al/>

Os palestrantes comentaram que o candomblé ficou extinto por cerca de 10 anos em Alagoas. Das religiões africanas, apenas a Umbanda teve destaque no estado, sendo liberada a prática com algumas limitações de horário e sem o uso do “atabaki”, instrumento musical empregado para convocar os **Orixás, Nkisis e Vodun**.

“Já quase fui espancando em uma escola por falar dessas religiões. Ainda há uma grande resistência nesses ambientes, onde as apontam como ‘religiões do demônio’. Ainda há um certo etnocentrismo que precisa ser superado”, revela Éric Pascoal.

Guiados pelo livro Qulé Qulé 2ª edição, composto por oito artigos que trazem variados aspectos da história e da cultura afro-brasileira, os palestrantes contaram um pouco sobre a história do carnaval, e a escola de negros pós-escravatura em Alagoas.

Os artigos são dos antropólogos Rachel Rocha de Almeida Barros, Bruno César Cavalcante, Janicleia Pereira, Arim Soares do Bem, Milton Guran, Clara Suassuna Fernandes, Henrique Costa, Clébio Correia de Araújo, Jefferson Santos da Silva, e Zezito de Araújo.

Seguro | <https://circuladoralagoas.wordpress.com/2017/10/09/palestra-aborda-o-resgate-da-cultura-afro-amerindia-na-8a-bienal-em-al/>

Éric, estudante do curso de dança, e Tamires, estudante do curso de teatro na (UFAL), participam de projetos de extensão que tem como objetivo resgatar os costumes e as tradições da cultura africana e indígena em Alagoas. O foco da palestra foi justamente trazer um pouco do que é feito nesses projetos.

O debate sobre o preconceito em afirmar a identidade da cultura afro-brasileira. A resistência encontrada no espaço educacional sobre religiões tradicionais da cultura africana, como o candomblé e a Umbanda foram alguns dos assuntos discorridos.



jornal impresso laboratorial célebre nos anos 90 no curso de Jornalismo da Ufal, o Circuladô, que deixou saudades.

Mais acessadas

- Literatura que ferve
- Filé: o artesanato genuinamente alagoano
- Bê-á-bá da música em Alagoas, não há

Circulou por último

O “BOOM” DA ARTE

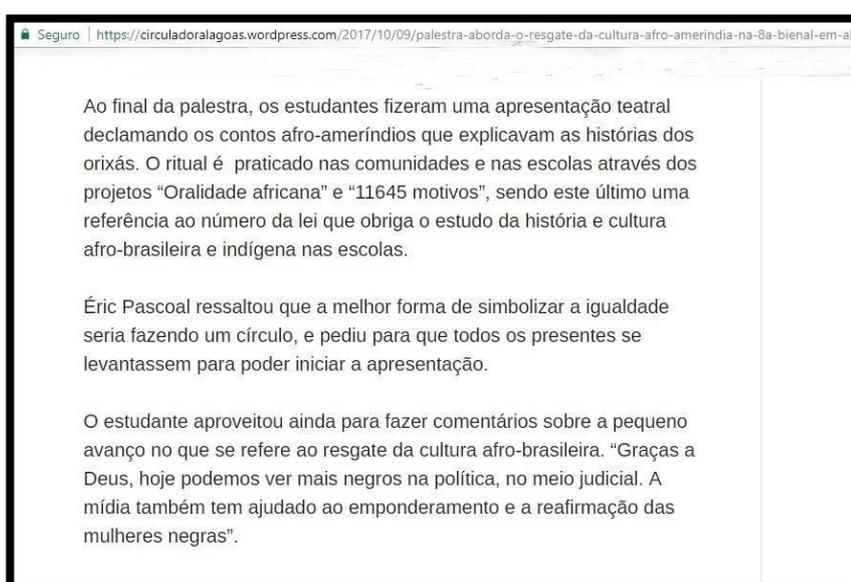


Imagem 20: Reportagem sobre a apresentação dos projetos "11.645 Motivos" e "Oralidade e Cena Negra – Caminhos Artísticos para Reflexão", na 8ª Bienal do Livro. Fotografia: Circulador Alagoas.

Nesta última etapa da apresentação do Projeto, as palestras e contações de história transcorreram segundo o planejado. Tivemos uma média de dez pessoas como público participante, o que se enquadrou nas expectativas almeçadas para o referido evento.

5 OUVINDO ALUNOS E GESTORES SOBRE O PROJETO EM SUA ESCOLA

Este capítulo representa o momento de escuta dos gestores, coordenadores, professores e alunos das escolas que receberam o Projeto, que

supostamente não tinham a mesma visão e/ou nunca ouviram falar sobre a temática afro-ameríndia.

Foram criados dois questionários com sete perguntas: um para os gestores e outro para os alunos. Ambos os questionários fizeram parte de uma entrevista semi estruturada e construíam uma conexão para o entendimento do quanto a aplicação do projeto nas escolas trouxe fatores positivos para o ambiente escolar e para a gestão. As perguntas contidas nos referidos questionários se inserem num contexto de *feedback* para a nossa interpretação dos fatos relacionados as apresentações. Sobre a importância da entrevista Rosália Duarte (2011) destaca que

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados [...] Coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. (DUARTE, 2014, p. 215)

De todos os entrevistados, só não obtive a resposta do questionário de um dos gestores, pois o mesmo se encontrava impossibilitado de responder até a data prevista para a entrega da minha homologação.

A Coordenadora das Escolas Municipal Arnon de Mello e Padre Pinho, Rejane Bandeira em sua resposta, inicia falando de sua formação acadêmica, onde tem magistério, graduação em pedagogia e atualmente cursa Direito. Falou da importância de abordar temáticas que se relacionam à realidade dos alunos negros e destacou que ficou “chocada” com a reação de alguns alunos e suas atitudes de intolerância religiosa, mas foi importante para fazer refletir e despertar o empoderamento de suas negritudes e identidades.

Em seguida, as perguntas foram voltadas para o ambiente escolar, questionando-se se a mesma estava preparada para receber projetos com abordagem de temas relacionados às minorias. E a resposta foi que apenas nas datas comemorativas estes momentos eram lembrados, mas que observava que

já existe uma mobilização, mesmo que da minoria, em fazer atividades relacionadas. Considerou um grande avanço para essa abordagem, mas há uma enorme lacuna em tratar de minorias no âmbito escolar, como ela relata que nas três escolas que já passou, apenas o nosso Projeto abordou sobre a temática afro-ameríndia. E quando isto é feito, os professores conservadores, muitos deles evangélicos, se omitem em falar sobre as religiões de matrizes africanas - esquecendo que o ambiente escolar é um estado laico e vivemos em um espaço democrático - repleto de diferenças e com grupos de alunos majoritariamente negros.

Também perguntei se existia uma formação continuada, por meio do estado, que abordasse a temática das minorias e a resposta foi “não”. Que nem tampouco é falado nas formações continuadas. “Existe sempre uma postura falso moralista, onde nos dizem que, “do que deve ser falado”, mas no fundo existe um preconceito dos próprios técnicos em não tocar no assunto. Até acho que é por despreparo apenas.”

E por fim perguntei como os alunos se relacionaram com o Projeto. Se houve uma continuidade dos debates e se os mesmos obtiveram um outro comportamento, após a execução das atividades. O que ouvimos, é que, por incrível que pareça, quem mais sofre o preconceito muitas vezes o reproduz sem sequer questionar por que está fazendo isso, sendo inconscientemente reprodutor do racismo institucional. Mas percebeu que alguns começaram a se posicionar em relação a sua negritude e esse movimento de liberação dos cabelos afro, por exemplo, que vem como uma onda de libertação. A referida professora finaliza dizendo que infelizmente a escola não trouxe para o debate nenhum dos temas que já se tinha abordado com o Projeto e nem outro relacionado às minorias, mas que tinham um planejamento prévio para com essa continuidade, embora esse não tenha sido um tema escolhido pelos docentes no planejamento coletivo.

No que diz respeito a resposta dos alunos, obtivemos este *feedback* de dois deles: um do Ensino Fundamental 2 e outro do Ensino Médio, ambos das escolas que tiveram o desenvolvimento do Projeto.

Iniciei perguntando sobre o impacto intelectual do Projeto nas suas vidas e ambos falaram que não tinham visto algo parecido nas matérias e nem projetos que falassem sobre o negro e índio, mas com esse Projeto puderam aprender

coisas que não sabiam. Um deles explicou o que aprendeu em cada etapa desenvolvida, dizendo que foi legal participar pois, “pôde tirar dúvidas sobre o tema que foi passado para toda a turma, aprendendo muito sobre os costumes, a religião, as danças, culinária e músicas.”

Com relação a contação de história, falou que foi fascinante, pois pode aprender as histórias de um povo e como tudo teve início, dando importância a sua música, conheceu a história de alguns deuses e também aprendeu que todos nós temos descendência negra.

No que diz respeito ao Cine Axé, o conteúdo que foi desenvolvido ficou ainda mais completo e que pôde aprender ainda mais sobre a cultura afro. Um dos alunos não participou da oficina de dança, porque disse que não sabia dançar, mas o outro fala que aprendeu que eles não dançam só por dançar, quando dançam e cantam é para comemorar algo que pediram para seus deuses e alcançaram.

Vendo que tem muito sentido e relação com o conteúdo desenvolvido, o aluno relata que são danças lindas e diferentes de executar, pois ao participar da oficina teve algumas dificuldades, mas se encantou pela dança.

Posteriormente perguntei o que mudou com relação ao pensamento sobre os povos afro-ameríndios e responderam que puderam olhar com outros olhos as outras religiões e crenças e que foram os negros e índios que contribuíram muito para a formação do Brasil, através da culinária, dança, religião e vestimentas.

Continuei perguntando sobre o ambiente escolar em relação as minorias, se a escola está preparada para o combate do preconceito e ambos responderam “ainda não” e que só irá melhorar com relação ao preconceito quando a escola oferecer mais debates sobre o tema e que havia muito o que ser feito. Tem que haver mais projetos como esses.

Para finalizar, perguntei se houve alguma mudança e continuidade em relação ao preconceito, e mais uma vez, responderam que não, pois com relação a essas temáticas, os professores continuaram desenvolvendo só no mês de abril e novembro. Falaram ainda, que deveria ser abordada mais vezes, pois somos afro descendentes e sabemos muito pouco sobre nossa história e nossos ancestrais e que não viram nenhuma diferença no comportamento dos alunos.

Findamos este momento, após a interpretação dos questionários das entrevistas realizadas com gestão e alunos, observando os pontos de vista relacionados à temáticas de cunho afro-ameríndio e percebendo o desenvolvimento das ações individuais, após a realização do Projeto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento desse trabalho notou-se o quão escasso é a aplicação da Lei 11.645/2008 nas escolas públicas do município de Maceió. Tendo em vista que matriculados há um grande número de alunos negros, periféricos e de outras condições sociais, necessitam de espaços que abordem temáticas relacionadas a cultura afro-ameríndia.

Percebeu-se também que no bairro do Jacintinho não têm escolas que desenvolvam projetos ou pesquisas relacionadas as temáticas negras e indígenas, deixando uma lacuna no ensino da educação afro-indígena, onde muitas vezes se percebe o racismo institucional bem como fora deste.

Há profissionais no ambiente escolar que tem um entendimento de luta e resistência, mas que são proibidos de realizar ações, pois os gestores, professores querem se manter “neutros”, por haver um grande número de alunos e pais pertencentes a religiões protestantes, dentre outras. E isso faz com que as culturas ali inseridas, quer aquelas que contêm a história de um povo ou aquelas que os determinem culturalmente, possam ter seus espaços de diálogos e de apresentação de seus motivos culturais, religiosos, éticos, etnográficos, dentro do contexto escolar.

Se não tivermos professores, gestores capacitados, para abordar a temática das minorias, não estaremos construindo uma sociedade melhor, mas afundando no conceito de sociedade egoísta, sem empatia.

Por fim, concluo que de projeto em projeto, debate e debate, seguiremos construindo uma identidade, um pertencimento desses alunos e cidadãos, numa sociedade onde o racismo, a homofobia e o etnocentrismo, estarão sempre presentes nos discursos e atitudes.

No que diz respeito a causa negra, afro-ameríndia, juntos, somos fortes, articuladores e resistentes. Continuamos lutando, debatendo sobre a temática das minorias no ambiente escolar, pois se trata de um trabalho árduo, que visualmente não vemos diferenças nos primeiros momentos, mas, com uma atitude de consciência coletiva, uma grande diferença pode ser enxergada. Não obstante, precisamos criar projetos que se assemelhem ao “11.645 Motivos” para continuar disseminando a fala que precisa ser dita na escola. A voz que grita em prol da liberdade de expressão, da unificação de olhares para as culturas, especificamente afro-ameríndias, indiscriminadamente.

7 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Anderson Diego da Silva; SILVEIRA, Paulo Antônio de Menezes Pereira da. **Tia Marcelina, a negra da costa, e as memórias do Quebra de Xangô de Alagoas**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 128-145, 26 nov. 2019.
- AMORIM, Daniela. Pela 1ª vez, negros são maioria nas universidades públicas. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 13 de nov. de 2019. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,pela-1-vez-negros-sao-maioria-nas-universidades-publicas-diz-ibge,70003088013>>. Acesso em 13 de maio de 2018.
- ANDRADE, Fernando Antônio Gomes de. **Legba: a guerra contra o Xangô em 1912**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.
- ANJOS, José Ademir M dos. IBGE divulgou censo realizado e estratificado por bairro em Maceió. **Bairros de Maceió**. Maceió, 16 de junho de 2011. Disponível em: <<http://www.bairrosdemaceio.net/noticias/ibge-divulgou-censo-realizado-e-estratificado-por-bairro-em-maceio>>. Acesso em 22 de nov. 2018.
- Arte e a Lei de Diretrizes e Bases. **Portal Educação**. São Paulo. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/arte-e-a-lei-de-diretrizes-e-bases/36090>>. Acesso em 24 de abril de 2019.
- BARROS, Jussara de. PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais. **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/orientacoes/pcnparametros-curriculares-nacionais.htm>>. Acesso em 24 de abril de 2019.
- BARROS, Rachel Rocha de Almeida. **O Lugar das palavras africanas no português do Brasil**. In: BARROS, Rachel Rocha de Almeida; CAVALCANTI, Bruno César; FERNANDES, Clara Suassuna. (Org.). Kulé Kulé – Visibilidades Negras. 1ªed. Maceió: EDUFAL, 2006, v. , p. 9-13.
- BARROS, Rachel Rocha de Almeida; CAVALCANTI, Bruno César; SUASSUNA, Clara (org.). **Kulé-Kulé: visibilidades negras**. Maceió. EDUFAL. 2006. P. 124.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. **A temática indígena na Escola: ensaios de educação intercultural**. Currículo sem Fronteiras. v. 12, n.1, pp. 53-69, jan/abr 2012.
- BEZERRA, Juliana. Movimento Negro. **Toda Matéria**. São Paulo. 2019. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/movimento-negro/>>. Acesso em: 30 de out. de 2019.
- BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas**. Civilização Brasileira (Rio de Janeiro). 1a. edição.1975.
- BRASIL. Contribuições para a implementação da lei 10.639/2003. **Domínio Público**. MEC/MJ/SEPP/IR. Brasília. DF, de 20 de maio de 2008. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select_action=&co_obra=155704>. Acesso em: 04 de jan de 2019.
- BRASIL. Lei Nº 10.639, **de 9 de janeiro de 2003. Congresso Nacional**. Brasília. DF, 9 de jan. de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 04 de jan de 2019.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. **Congresso Nacional**. Brasília. DF, de 10 março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm#art1>. Acesso em: 04 de jan. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Congresso Nacional**. Brasília. DF, 20 de dez. de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 04 de jan. de 2019.

BRASIL. Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967. **Congresso Nacional**. Brasília. DF, de 9 de fev. de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm>. Acesso em 05 de abril de 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 746, de 23 de setembro de 2016 (Reformulação Ensino Médio). **Congresso Nacional**. Brasília. DF, 23 de set. de 2016. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>>. Acesso em 24 de abril de 2018.

BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União. Brasília. DF. 21 de nov. de 2018. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622>. Acesso em 24 de abril de 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p 1-45.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p.

CAFARDO, Renata; PALHARES, Isabela; FORMENTI, Lígia. Base curricular do ensino médio deixa de dividir os conteúdos por séries. **Estadão**. Brasília. 4 de abril de 2018. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,base-curricular-do-ensino-medio-deixa-de-dividir-os-contenudos-por-series,70002253604>>. Acesso em 24 de abril de 2019.

CAVALCANTI, Bruno C.. **Bons e sacudidos – o carnaval negro e seus impasses em Maceió**. In: BARROS, Rachel Rocha de Almeida; CAVALCANTI, Bruno César; FERNANDES, Clara Suassuna. (Org.). Kulé Kulé – Visibilidades Negras. 1ªed. Maceió: EDUFAL, 2006, v. , p. 26-40.

CAVALCANTI, Telma César. **Pé, umbigo e coração: pesquisa de criação em dança contemporânea**. 1996. 125 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, SP.

CAVALCANTI, Telma César. **Tradição e Juventude em ALAGOAS: o grupo de coco de roda Xique-xique**. 2018. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

CHAGAS, Inara. Como o funk surgiu no Brasil e quais são suas principais polêmicas?. **Politize**. Rio de Janeiro, 3 de ago. de 2018. Disponível em:

<<https://www.politize.com.br/funk-no-brasil-e-polemicas/>>. Acesso em 11 de maio de 2020.

CHAGAS, Marcio; NUNES, Paula. Quilombolas vivem em situação de miséria em comunidades de Alagoas. **G1 Globo**. Alagoas, 20 de set. de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/11/quilombolas-vivem-em-situacao-de-miseria-em-comunidades-de-alagoas.html>>. Acesso em: 25 de abril de 2017.

CURY, Carlos Roberto J. (2000). A educação como desafio na ordem jurídica. In E. M. T. Lopes, L. M. de F. Filho, & C. G. Veiga (Eds.), **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica.

DIAS, Lucimar Rosa. **Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas Leis educacionais- da LDB 1961 a Lei 10.639**. São Paulo, Espaço Acadêmico, 2004, p 1-16

Discutindo Etnicidades. **EDUFBA**. Salvador, BA 2009. Disponível em: <<http://www.edufba.ufba.br/2014/12/discutindo-etnicidades/>>. Acesso em 25 de abril de 2017.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar, Curitiba, Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR, n. 24, p. 213-225, 2004.

FRISON, Samuel. **Clarice Lispector e Contador de Histórias: Literatura, Recepção**. Samuel Frison, p. 19-176.

FROEMMING, Sílvia do Amaral. **A Lei 11.645/08: Abordando a Diversidade nas Aulas de Arte**. Porto Alegre, pg. 44, 2011.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 6-7.

HAMZE, Amélia. Os temas transversais na escola básica. **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/os-temas-transversais-na-escola-basica.htm>>. Acesso em 23 de abril de 2019.

ISHIBASHI, Isao. **Um Estudo Comparativo do Conteúdo Didático da Disciplina de Histórias Geral do Ensino Médio Brasileiro e Japonês**. Porto Alegre: PUCRS, 2003. 317 p. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

LAUREANO, Marisa Antunes. **O ensino de História da África**. Ciências & Letras, Porto Alegre, n.44, p. 333-349, jul/dez.2008, p. 243.

LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 07 de abril de 2018.

LIMA, Amanda Correia. **Inclusão do menor infrator em condições de liberdade assistida no trabalho sócio-cultural, pedagógico escolar e letramento**. 2011. 45 f. Monografia (Especialização em desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Social)- Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília. 2011.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **As “origens” dos Maracatus-Nação do Recife: uma História linear e sem transformações?**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 255 - 282, maio/ago. 2019.

LIMA, Laís. Palestra aborda o resgate da cultura afro ameríndia na 8ª Bienal AL. **Circulador**. Alagoas, 10 de out. de 2017. Disponível em: <circuladoralagoas.wordpress.com/2017/10/09/palestra-aborda-o-resgate-da-cultura-afro-amerindia-na-8a-bienal-al/>. Acesso em: 12 de out. de 2017.

LIMA, Rossini Tavares. **Folgedos Populares do Brasil**. São Paulo, Recorde, 1962.

LODY, Raul. **Afoxé**. Rio de Janeiro: FUNARTE – 1976. (Coleção: Cadernos de Folclore).

LOPES, Vera Neusa. Inclusão étnico-racial Cumprindo a lei:práticas pedagógicas contemplam afro-brasileiros. **Revista do professor**, Porto Alegre, v.19, n 75, 25-30, jul./set 2003. Disponível<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/curriculo_relacoes_raciais_e_cultura_afro_brasileira.pdf> . em Acesso em: 15 de abril de 2018.

MORAES, Daniela Beny Polito. **Afoxé OjuOmimOmowéwá: do terreiro ao palco – A performance artística como mecanismo de empoderamento**. Rio Grande do Norte. Eventos Livera, p 1-15, junho de 2015.

MULLER, Robson. **Cultura: conheça a origem do Xangô Rezado Alto**. Fundação Municipal de Ação Cultural- FMAC. Maceió, AL, 31 de jan. de 2019. Disponível em:<<http://www.maceio.al.gov.br/2019/01/conheca-a-origem-do-xango-rezado-alto/>>. Acesso em 11 de abril de 2020.

NEIRA, M. G. Valorização das identidades: a cultura corporal como conteúdo do currículo da Educação Física. **Motriz**, Rio Claro, v.13, n.3, 174-180, jul./ser. 2007. Disponível em:<http://www.gpef.fe.usp.br/teses/marcos_05.PDF>. Acesso em: 15 de abril de 2018.

OLIVEIRA de R. Reflexões sobre a experiência de alteração curricular em São Paulo. **Caderno de Pesquisa**, (63) nov., p.64-66,1987. Disponível em:<<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1273>>. Acesso em: 15 de abril de 2018.

Oliveira, Nadir Nóbrega. **Por que não eu? Reflexões sobre o ensino da dança para a aplicação da lei 11.645/2008**. 2016. Disponível em:<[http://www.academia.edu/download/33690584/POR_QUE_NAO_EU_\(3\).docx](http://www.academia.edu/download/33690584/POR_QUE_NAO_EU_(3).docx)>.Acesso em: 15 de abril de 2018.

OLIVEIRA, S. A.; SALVADOR, C. M. C.; Arruda M. C. C. O Ensino de história e Cultura afro-brasileira:coisa do demônio ou caminho para construção de uma educação anti racista? **Revista Ibero Americana de Educação**, Rio de Janeiro, pg. 1-11, 2013. Disponível em:<<https://doi.org/10.35362/rie6111266>>. Acesso em: 20 de jan. de2019.

Oxum – Tudo sobre a Orixá Mãe do Amor. **Iquilibrium**. Disponível em:<<https://www.iquilibrium.com/blog/espiritualidade/umbanda-candomble/tudo-sobre-oxum/>>. Acesso em 03/06/2019.

PCN: **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: Senado Federal. MEC. 2000. P 71. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em 07 de abril de 2018.

PIMENTEL NETO, João Baptista . Indígenas: Os povos mais esquecidos e desfavorecidos do mundo. **Instituto Humanistas Unisinos**. São Leopoldo, RS, 24 de jul. de 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/533536-indigenas-os-povos-mais-esquecidos-e-desfavorecidos-do-mundo>>. Acesso em 25 de abril de 2017.

PORTO, Helânia Thomazine. A importância de Griôs na socialização de saberes e de fazeres da cultura. **Processocom**. São Leopoldo, RS, 01 de jun. de 2016. Disponível em: <<http://www.processocom.org/2016/06/01/a-importancia-de-grios-na-socializacao-de-saberes-e-de-fazeres-da-cultura/###targetText=A%20palavra%20griô%20tem%20origem,da%20cultura%2C%20esses%20transmitidos%20oralmente>>. Acesso em 01 de out. de 2019.

PRANDI, Reginaldo. **O Brasil com axé**: candomblé e umbanda no mercado religioso. Estud. av. vol.18 no. 52. São Paulo. Sept./Dec. 2004.

RAFAEL, Ulisses Neves. **Muito barulho por nada ou o “xangô rezado baixo”**: uma etnografia do “Quebra de 1912” em Alagoas. Brasil, Etnográfica [Online], vol. 14 (2) | 2010, Online desde 21 outubro 2011. DOI: 10.4000/ etnográfica 297.

RAFAEL, Ulisses Neves. **O não dito na obra de Arhur Ramos**. Brasília, Sociedade e Estado, v. 24, n. 2, p 491-507, maio/ago, 2009. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/se/v24n2/06.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2019.

RAMOS, Jefferson Evandro Machado. Tribo Indígena. **Sua Pesquisa**. 02 de outubro de 2019. Disponível em: https://www.suapesquisa.com/o_que_e/tribo_indigena.htm>. Acesso em: 01 de Nov. de 19.

REZENDE, Lucas. Ninguém quer saber de jovem com senso crítico, diz Bolsonaro em Vitória. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, SP, 31 de julho de 2018. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/ninguem-quer-saber-de-jovem-com-senso-critico-diz-bolsonaro-em-vitoria.shtml>>. Acesso em 03 de jun. de 2018.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. 5ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

ROGÉRIO, Janecléia Pereira. **O Xangô em Maceió: Suas variadas nações**.In: BARROS, Rachel Rocha de Almeida; CAVALCANTI, Bruno César; FERNANDES, Clara Suassuna. (Org.). Kulé Kulé – Visibilidades Negras. 1ªed. Maceió: EDUFAL, 2006, v. , p. 41-48.

SANTOS, Francisco Wellington Pará dos. **Brincando no (canto-que-dança) do Ijexá com o bumba-meu-boi: Teatro do Encantamento da ancestralidade africana em Fortaleza a Cidade Tan-Tan**. 2015. 234f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2015.

SANTOS, Mônica Luise; MADEIRA, M. G. L. **Escola de negros**.In: BARROS, Rachel Rocha de Almeida; CAVALCANTI, Bruno César; FERNANDES, Clara Suassuna. (Org.). Kulé Kulé – Visibilidades Negras. 1ªed. Maceió: EDUFAL, 2006, v. , p. 51-61.

SANTOS, Toni Edson Costa. **Negros pingos nos “is”**: djeli na África ocidental; griô como transcrição e oralidade como um possível pilar da cena negra. Santa Catarina, Revista Urdimento, v.1, n.24, p 157-173, julho 2015.

SILVA, Mayara do Nascimento e. **O Teatro do Oprimido de Augusto Boal e o Processo de Ressocialização de Jovens em Conflito com a Lei**. In: ALUPPO, Marcelo Campos; TRINDADE, André Karam; OLIVO, Luis Carlos Cancellier. (Org.). Direito, Arte e Literatura. 1ªed. Florianópolis, SC: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Direito, 2014, p 426-447.

Tudo sobre Obaluaiê – O Orixá da Terra, do Fogo e da Morte. **Iquilibrium**. Disponível em:<<https://www.iquilibrium.com/blog/espiritualidade/umbanda-candomble/tudo-sobre-obaluaie/>>. Acesso em 03 de jun. de 2019.

Veja a nova versão da Base Curricular do ensino médio. **O Globo**. Rio de Janeiro, RJ,03 de abril de 2018. Disponível em:<<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/veja-nova-versao-da-base-curricular-do-ensino-medio-22551868>>. Acesso em 24 de abril de 2019.

VILANOVA JUNIOR, Ararê Azambuja. O movimento indígena no Brasil. **Parque da Ciência**. 2016. Disponível em: <<http://parquedaciencia.blogspot.com/2013/06/o-movimento-indigena-no-brasil.html>>. Acesso em: 01 de nov. de 2019.

Todas as referências ao currículo dos professores citados estão disponíveis em: <https://www.escavador.com>.

8 APÊNDICE

Entrevistado 1: Aluno do Fundamental 2 da Escola Municipal Padre Pinho

Questionário de Entrevista

Esse questionário teve como objetivo coletar informações de professores, coordenadores e alunos que receberam a aplicação 11.645 Motivos na sua escola. Com o intuito de contribuir com a graduação em Licenciatura em Dança de Éric Pascoal, que teve como tema: “Projeto 11.645 Motivos - Dança e oralidade em busca do cumprimento da lei.”

Para alunos:

- Como foi para você participar de um projeto com tema sobre negros e índios?

Foi bom, porque na escola não tem muitas matérias e projetos que fale sobre isso.

- O que mudou na sua visão sobre esses povos?

O olhar pra as diferentes religiões e crenças.

- Como foi a sua participação nas etapas: Palestra, oficina de dança afro indígena, contação de história e o cine axé?

Foi legal, participei da palestra contação de história e cine axé, da dança não participei porque não sei dançar.

- Você acha que o ambiente escolar está preparado para o combate do preconceito?

Ainda não, acho que quando a educação e relações na nossa escola melhorar com relação ao preconceito, levantando mais sobre esse tema.

- É comum a abordagem dessa temática na escola? Você já participou de algum projeto onde falava sobre o povo negro e ou indígena?

Não, não lembro de ter visto aqui na escola.

- Após o projeto, houve alguma mudança no comportamento dos alunos em relação a discriminação?

Acho que ainda não, não vi nenhuma diferença, pelo menos na minha sala não.

- Após o projeto, houve alguma continuidade nos debates do povo negro e indígena? Se não, por quê?

Não, o porquê eu não sei, mas acho que foi a falta de incentivo dos professores e direção.

Entrevistado 2: Aluno do Ensino Médio da Escola Estadual Theonilo Gama

Para alunos:

- Como foi para você participar de um projeto com tema sobre negros e índios?

Foi muito interessante, aprendi muitas coisas que não sabia sobre eles.

- O que mudou na sua visão sobre esses povos?

Que foram eles que contribuíram muito para a formação do Brasil, através da culinária, dança, religião e vestimenta.

- Como foi a sua participação nas etapas: Palestra, oficina de dança afro indígena, contação de história e o cine axé?

Palestra: Tirei dúvidas sobre o tema que foi passado para toda a turma, aprende muito sobre os costumes, como: religião, dança, culinária e músicas.

Dança: Aprende que eles não dançam só por dançar, quando fazem é para comemorar por algo que alcançaram ao pedir para seus deuses. Vi que tem muito sentido em relação ao que vi no conteúdo, visto na palestra. São danças lindas e diferentes de executar, pois ao participar da oficina de dança tive algumas dificuldades, mas me encantei pela dança.

Ciné Axé: Com o filme todo o conteúdo que foi desenvolvido ficou ainda mais completo e se pode aprender ainda mais sobre a cultura afro.

Contaçõ de Histórias: foi fascinante, aprendi suas histórias e como tudo teve início, a importância das religiões, da sua música, seus deuses e também aprendi que todos nós temos descendência desses povos.

- Você acha que o ambiente escolar está preparado para o combate do preconceito?

Ainda não, tem muito o que ser feito tem que haver mais projetos como esse e se falar mais nas escolas.

- É comum a abordagem dessa temática na escola? Você já participou de algum projeto onde falava sobre o povo negro e ou indígena?

Desta forma não, apenas se falava o básico, nas datas que comemora o dia do índio e da consciência negra.

- Após o projeto, houve alguma mudança no comportamento dos alunos em relação a discriminação?

Não, pois essas temáticas os professores só desenvolvem no mês de abril e novembro, ao meu ver deveria ser visto mais vezes, pois somos afro descendentes e sabemos muito pouco sobre nossa história e nossos ancestrais.

- Após o projeto, houve alguma continuidade nos debates do povo negro e indígena? Se não, por quê?

Não respondeu.

Entrevistada 3: Professora Rejane Bandeira - Coordenadora das Escolas Municipal Arnon de Mello e Padre Pinho

Para professores e coordenadores:

- Qual a sua Formação?

Magistério, superior completo em Pedagogia e cursando Direito.

- Qual a contribuição do projeto 11.645 Motivos para a formação dos alunos da sua escola?

Foi muito importante para tocar no que realmente fere, muitos alunos se indignaram, e pasme sendo eles negros, eu mesma fiquei chocada com a reação de alguns, mas foi importante para fazer refletir e despertar o empoderamento da sua negritude e identidade.

- Você acha que o ambiente escolar está preparado para o combate do preconceito?

Essencial, por incrível que pareça, quem mais sofre o preconceito muitas vezes o reproduz sem sequer questionar por que está fazendo isso.

- Há uma formação, por meio do estado, para o corpo técnico sobre essa temática?

Não, nem tampouco é falado nas formações, existe sempre uma postura falso moralista, onde nos dizem que, “de que deve ser falado”, mas no fundo existe um preconceito dos próprios técnicos em não tocar no assunto, até acho que é por despreparo apenas.

- É comum a abordagem dessa temática na escola?

Não, para você ter ideia em três que estive na escola, apenas esse projeto tratou do assunto.

- Há procura de sua escola, dentro ou fora do mês de novembro, para a aplicação de projetos similares?

Não, apenas lembramos a data, como forma de data comemorativa, mas observo que hoje já existe uma mobilização, mesmo que da minoria em fazer atividades relacionadas.

- Houve alguma mudança no comportamento dos alunos em relação a discriminação?

Alguns começam a se posicionar em relação a sua negritude e esse movimento de liberação dos cabelos afro vem como uma onda de libertação.

- Como os professores, colaboradores e gestores recebem projetos como estes?

Existe uma aceitação maior hoje em dia, até porque o nosso público é de maioria negra, mas observo que hoje muitos são evangélicos, e ficam rejeitando falar sobre as religiões de matrizes africanas.

- Após o projeto, houve alguma continuidade nos debates do povo negro e indígena? Se não, por quê?

Infelizmente não, tínhamos um planejamento prévio e esse não foi um tema escolhido pelos docentes no planejamento coletivo.